

RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO DA
ESTRATÉGIA



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

2020

**Presidente**

Ministro Luiz Fux

Corregedora Nacional de Justiça

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira
Luiz Fernando Tomasi Keppen
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro
Rubens de Mendonça Canuto Neto
Candice Lavocat Galvão Jobim
Tânia Regina Silva Reckziegel
Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Ivana Farina Navarrete Pena
André Luis Guimarães Godinho
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Maria Tereza Uille Gomes
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araújo

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

Departamento de Gestão Estratégica**Diretora**

Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ

Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional

Neuma Christina Lopes Nunes

Estagiário

João Paulo Guimarães da Silva

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**Secretária de Comunicação Social**

Juliana Mendes Gonzaga Neiva

Projeto gráfico

Eron Castro

Revisão

Carmem Menezes

2021

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4	<i>Objetivo Estratégico 5: incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário</i>	25
MISSÃO E VISÃO DO CNJ	5	<i>Objetivo Estratégico 6: estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais</i>	31
VALORES DO CNJ	6	<i>Objetivo Estratégico 7: promover os direitos de cidadania no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito</i>	38
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ	7	<i>Objetivo Estratégico 8: garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ</i>	41
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	7	<i>Objetivo Estratégico 9: aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário</i>	44
MAPA ESTRATÉGICO – RESULTADO 2020	8	<i>Objetivo Estratégico 10: implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua</i>	47
RESULTADOS DA GESTÃO	9	<i>Objetivo Estratégico 11: estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação</i>	52
<i>Objetivo Estratégico 1: aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário</i>	10	<i>Objetivo Estratégico 12: articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação</i>	54
<i>Objetivo Estratégico 2: realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário</i>	17	ANÁLISE CRÍTICA – ANO 2020	58
<i>Objetivo Estratégico 3: favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ</i>	20	ANÁLISE CRÍTICA DE TODO O CICLO	62
<i>Objetivo Estratégico 4: fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental</i>	22		

APRESENTAÇÃO

O presente relatório foi dividido em duas partes: na primeira parte, apresenta os resultados alcançados pelo CNJ, no exercício de 2020, na execução do Planejamento Estratégico 2015-2020, e, na outra parte – em capítulo específico –, apresenta análise do 2º ciclo de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça, referente ao período 2015-2020.

Os resultados do ano de 2020 estão agrupados em Objetivos Estratégicos e refletem o desempenho de indicadores e projetos institucionais implementados pelas unidades, que são medidos bimestralmente.

O Plano Estratégico CNJ 2015-2020 é composto, atualmente, por 26 indicadores, distribuídos em 12 Objetivos Estratégicos e sete temas: Diagnóstico e Gestão Estratégica; Justiça Criminal, Desjudicialização e Cidadania; Comunicação Institucional; Orçamento, Finanças e Infraestrutura; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho; Inovação e Sustentabilidade.

Além dos indicadores, o plano contém 28 projetos institucionais, em 2020.

Em 2020, foram realizadas três Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), cujo objetivo foi a promoção do acompanhamento periódico da execução do Plano Estratégico do CNJ e o monitoramento de seus resultados.

MISSÃO E VISÃO DO CNJ

MISSÃO: *Desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas pelos valores de justiça e paz social.*

O papel institucional do CNJ evoluiu, partindo da ênfase voltada às funções correccionais e de controle administrativo e financeiro dos órgãos do Poder Judiciário, para papel mais amplo, dotado de caráter empreendedor e estratégico, principalmente com a formulação e a implementação de políticas públicas de Justiça, a partir da análise e da solução dos problemas que afetam o Poder Judiciário.

VISÃO: *Ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira.*

Consiste em superar o desafio de se tornar órgão de excelência e de referência em planejamento e gestão, contribuindo com o diagnóstico cada vez mais preciso dos problemas que acometem o Poder Judiciário, bem como quanto à proposição de soluções efetivas para a melhoria dos serviços prestados à sociedade pela Justiça brasileira.

VALORES DO CNJ

Responsabilidade socioambiental

Observância aos princípios gerais de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental na atuação do CNJ.

Integração

Busca de sinergias e integração permanente entre unidades e colaboradores internos, bem como do CNJ com as instituições e com a sociedade.

Transparência

Observância ao princípio constitucional da publicidade em relação à atuação do CNJ.

Comprometimento

Compromisso de todos os colaboradores com a missão e os objetivos institucionais, observável pelo engajamento, esforço e empenho exercido em favor da organização.

Valorização das pessoas

Reconhecimento de que as pessoas consubstanciam a principal riqueza do CNJ e que o seu trabalho deve ser valorizado.

Coerência

Atuar com observância às próprias diretrizes, normas e orientações técnicas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O CNJ desenvolveu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período 2015-2020, de forma a contemplar a estratégia de médio e longo prazo. O Plano, instituído por meio da Portaria CNJ n. 167 de 15 de dezembro de 2015, estabeleceu a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos do Conselho para o período.

Todos esses componentes, principalmente os objetivos estratégicos, foram considerados para definição de indicadores, metas, programas, projetos e ações que estão sendo desenvolvidos.



MAPA ESTRATÉGICO – RESULTADO 2020



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 2015-2020

▶ MISSÃO

Desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social

▶ VISÃO

Ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da justiça brasileira

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DIAGNÓSTICO E GESTÃO ESTRATÉGICA

- Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário
- Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário

JUSTIÇA CRIMINAL, DESJUDICIALIZAÇÃO E CIDADANIA

- Promover os direitos de cidadania, no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

- Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, e ampliar a divulgação externa das ações institucionais

ORÇAMENTO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA

- Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ
- Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação
- Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação

GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

- Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua

- Favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do Conselho Nacional de Justiça

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental
- Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

■ Atingido ■ Parcialmente atingido

RESULTADOS DA GESTÃO

Nesta seção, apresentam-se os indicadores estratégicos, suas respectivas metas e os resultados obtidos no exercício de 2020, além de projetos institucionais que auxiliam no cumprimento do Plano Estratégico.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO CNJ

Objetivo Estratégico 1: aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário

Visa fortalecer a governança do CNJ por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento estratégico, coordenação de políticas judiciárias, gestão das redes de governança, gestão de processos organizacionais, gerenciamento de projetos e da expedição de atos normativos.

Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo nos seguintes indicadores:



INDICADOR 1

Índice de cumprimento das Metas Nacionais, que mede o percentual de tribunais que cumpriram integralmente cada Meta Nacional no período. A responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do Departamento de Gestão Estratégica (DGE).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

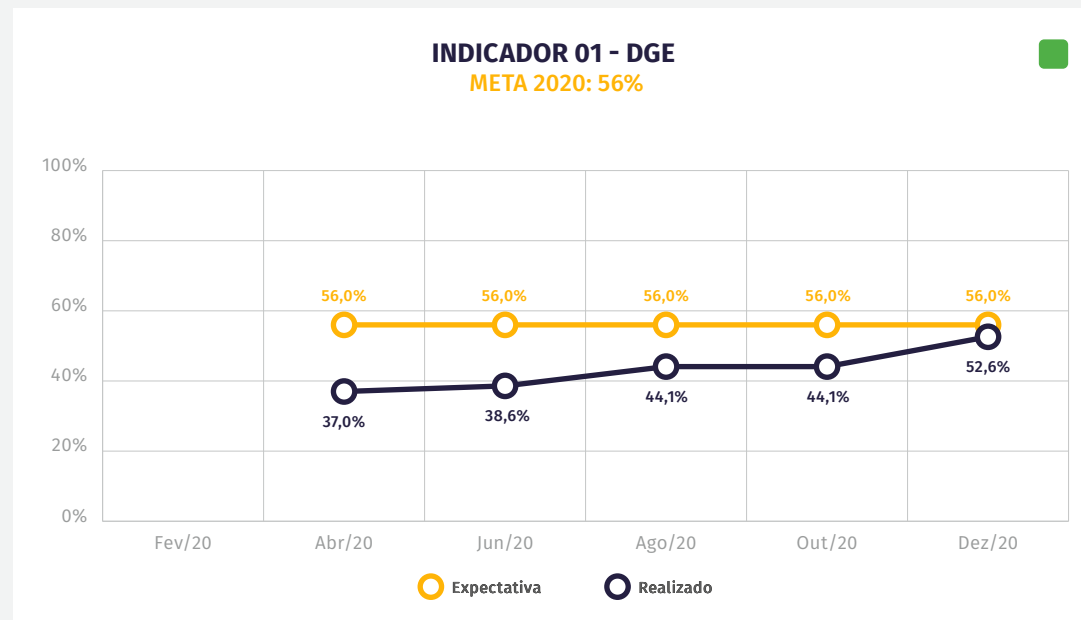
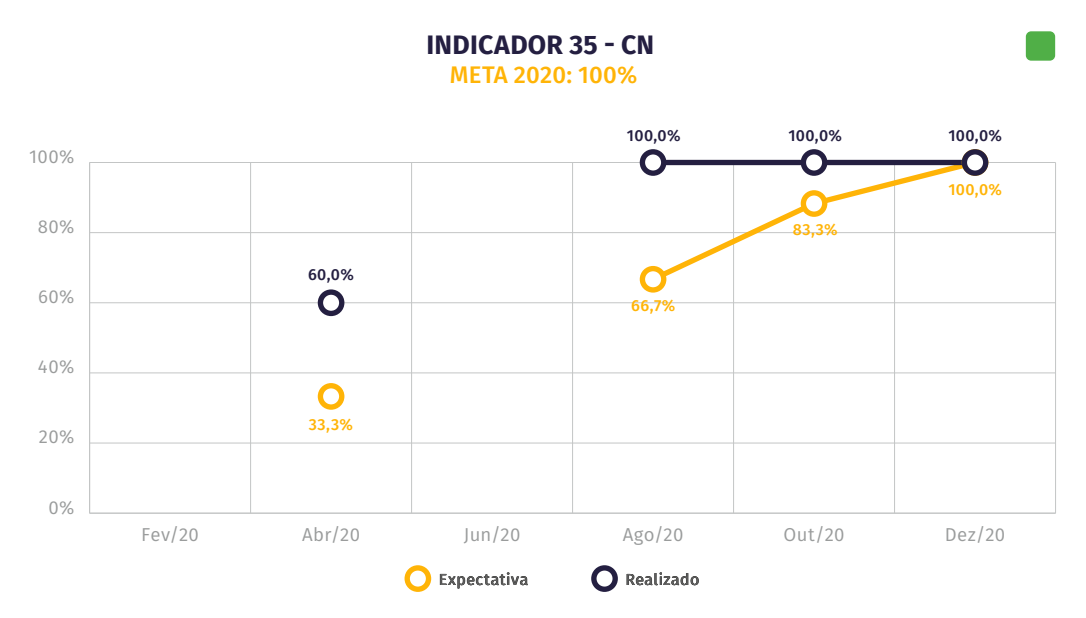


GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

INDICADOR 35

Índice de execução do Plano de Inspeções, que mede o percentual de execução do Plano de Inspeções no exercício, correlacionando as que foram concluídas com as que foram previstas. Em cada ano, a Corregedoria Nacional de Justiça - CN apresenta o número de inspeções previstas para o período. A intenção é possibilitar, na medição final, a comparação entre o que foi planejado com o que foi realizado.

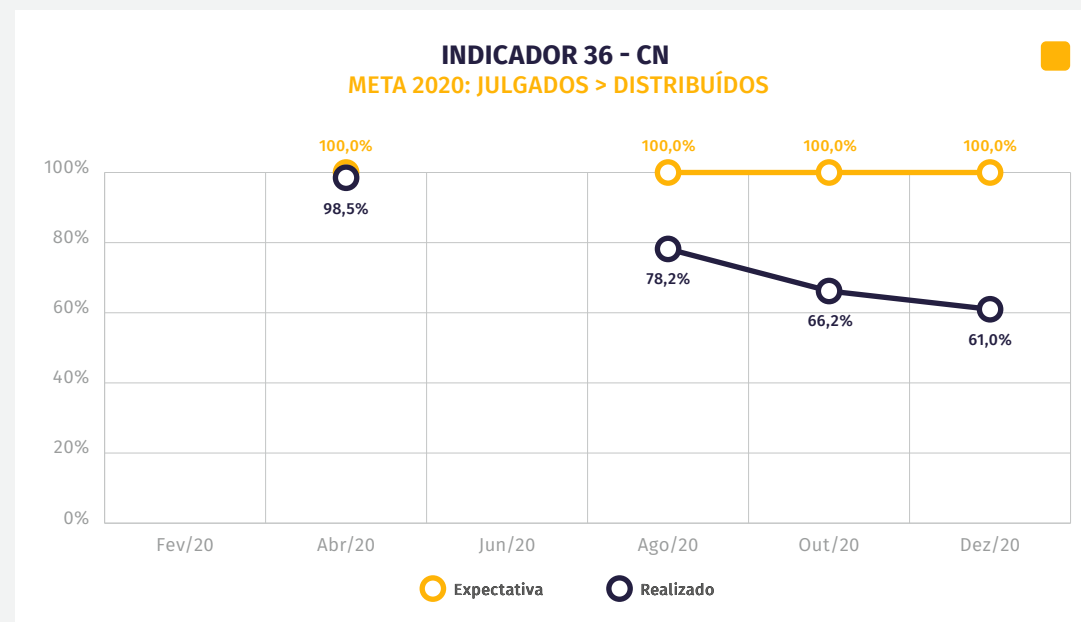


Não houve medição nos meses de fevereiro e junho.

INDICADOR 36

Índice de julgamento dos processos, que busca garantir o julgamento de quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano corrente. Para cumprir o indicador, a Corregedoria Nacional de Justiça - CN não precisa julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, pode julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Não houve medição nos meses de fevereiro e junho.

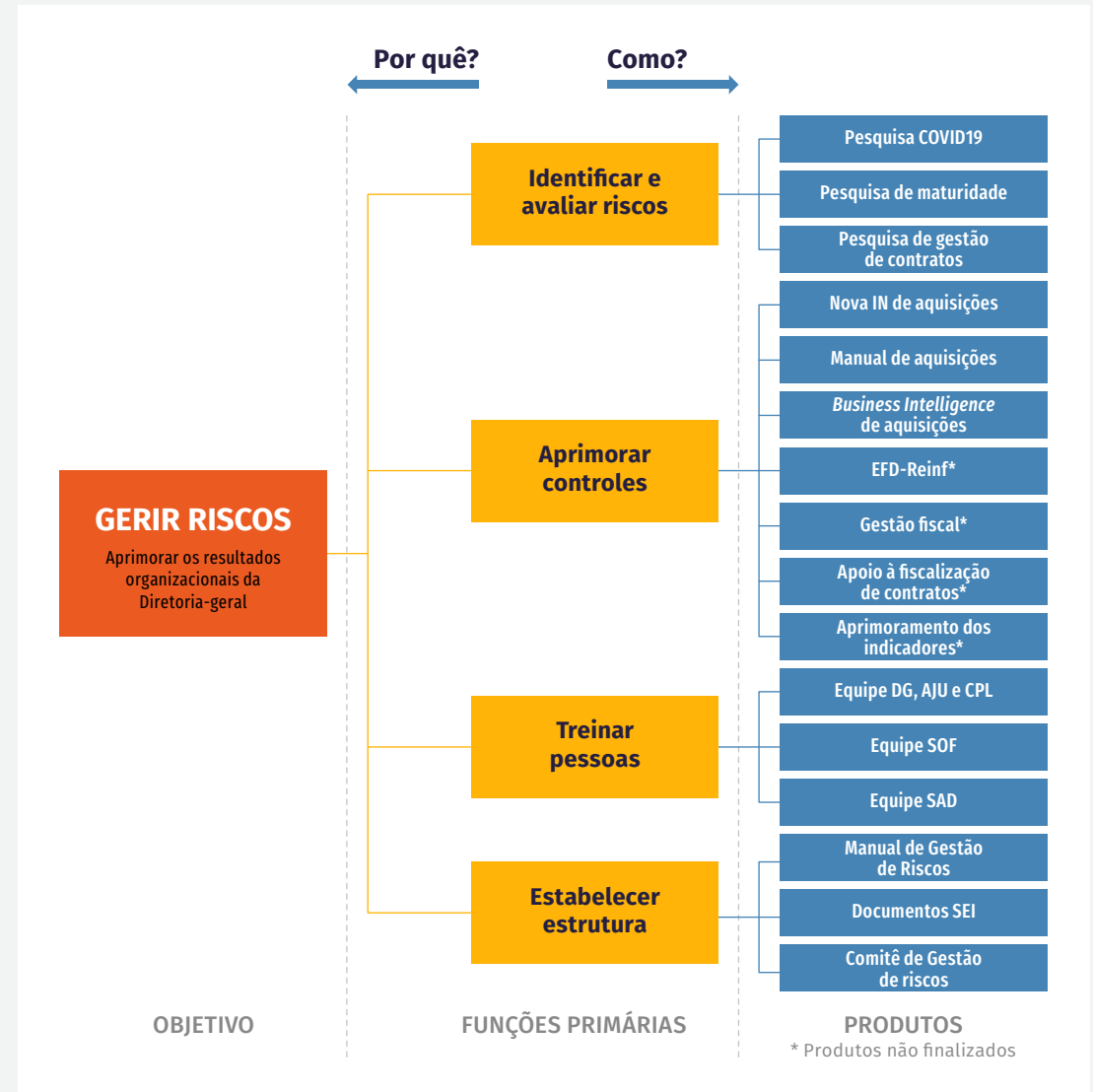
Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
■	<p>Execução Fiscal – Automação e Governança</p> <p>Projeto voltado à automação dos processos de execução fiscal e instituição de medidas de governança. Este projeto é realizado em parceria com o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI)</p>	SEP	100%	57%
■	<p>Integração do “Consumidor.gov.br” ao PJE</p> <p>A integração do “Consumidor.gov.br” ao PJe visa viabilizar e facultar ao cidadão que optou por judicializar sua demanda a alternativa da autocomposição de solução de controvérsias, em meio eletrônico, como mais uma ferramenta para o correto tratamento de seu conflito. Este projeto é realizado em parceria com o DTI</p>	SEP	100%	99%
■	<p>XIV Encontro Nacional do PJ</p> <p>Consiste em evento para definição das Metas do Poder Judiciário e divulgação da Premiação do Selo</p>	SEP	100%	100%
■	<p>Poupança – Planos Econômicos</p> <p>Estimular a adoção de mecanismo adequado à solução consensual das ações individuais e coletivas que tratam dos expurgos inflacionários incidentes sobre as contas de poupança em trâmite nos segmentos de Justiça Federal e Estadual</p>	SEP	100%	100%
■	<p>Implantação do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais</p>	DGE	100%	100%
■	<p>Solução Tecnológica Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Institucional</p> <p>Consiste em criação de solução tecnológica que apoie a medição, o monitoramento, a análise, a mobilização e a comunicação das estratégias definidas. Facilitar a consolidação, a comunicação e a gestão dos dados e dos resultados alcançados a nível institucional, pelo DGE.</p>	DGE	100%	100%
■	<p>Formulação do Planejamento Estratégico do CNJ</p> <p>Consiste no processo de formulação do novo ciclo da estratégia do CNJ para o período 2021-2026.</p>	DGE	100%	100%

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
■	Elaboração do Ranking da Transparência Em atendimento à Resolução n. 260, de 11 de setembro de 2018, que instituiu o <i>Ranking</i> da Transparência, consiste em elaboração de <i>Ranking</i> com os órgãos do Poder Judiciário que apresentem melhor classificação quanto à transparência de informações à sociedade.	DGE	100%	100%
■	Selo CNJ de Desburocratização Projeto com a finalidade de reconhecer boas práticas que visem à simplificação e à modernização de práticas na promoção da eficiência e da qualidade dos serviços prestados no Poder Judiciário.	DGE	100%	100%
■	Formulação da Estratégia Nacional do PJ 2021-2026 Visa à instituição da nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021-2026, que refletirá premissas importantes para o processo estratégico de todo o Poder Judiciário, norteando a atuação dos órgãos em busca da melhoria da prestação jurisdicional.	DGE	100%	100%
■	Seleção de práticas para o prêmio Innovare Projeto com a finalidade de premiar boas práticas que visem à eficiência na gestão processual em gabinetes e varas, que impacte na celeridade processual sem perda de qualidade.	DGE	100%	100%
■	Revisão do sistema de atos normativos – pós-migração Consiste no aperfeiçoamento do Portal de Atos Normativos do CNJ com o objetivo de apresentar, com menos cliques em <i>links</i> , as informações gerais sobre os normativos.	DGE	100%	100%
■	Elaboração do Relatório Anual de Atividades do CNJ 2020 Em atendimento ao disposto no inciso VII do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal, essa iniciativa consiste na elaboração de relatório com informações sobre as atividades realizadas ao longo do ano de referência (2019) a ser entregue pelo presidente ao Congresso Nacional.	DGE	100%	100%
■	Projeto de Implementação da Gestão de Riscos Visa aprimorar os resultados organizacionais das unidades da Diretoria-Geral	GDG	100%	86%

Sobre o Projeto de Implementação da Gestão de Riscos, é apresentado a seguir o infográfico que desdobra o objetivo Gerir Riscos do planejamento da Diretoria-Geral nos produtos gerados pelo projeto, com a visão do ano de 2020.

Para alcançar o objetivo da gestão de riscos, foram implementadas quatro funções primárias representadas em amarelo no diagrama. Os produtos de cada função em 2020 estão apresentados nos quadrados azuis. Os produtos marcados com asterisco (*) estão em fase avançada de desenvolvimento.



Objetivo Estratégico 2: realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário

Consiste em desenvolver e fomentar pesquisas, estudos e diagnósticos destinados ao conhecimento dos problemas estruturais e conjunturais do Poder Judiciário e daqueles relacionados à função jurisdicional, bem como desenvolver subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.

Em 2019, este objetivo estava desdobrado em três indicadores:

- ▶ Índice de realização de pesquisas produzidas internamente;
- ▶ Índice de realização de pesquisas produzidas externamente; e
- ▶ Índice de acompanhamento de projetos estratégicos do DPJ

Em 2020, os gestores do DPJ entenderam que, para obter resultado de alcance mais fiel aos esforços do departamento, o controle deve ser pelo total de pesquisas produzidas, sem distinção se internas ou externas. Assim, os indicadores foram:

- ▶ Índice de realização de pesquisas; e
- ▶ Índice de acompanhamento de projetos estratégicos do DPJ.

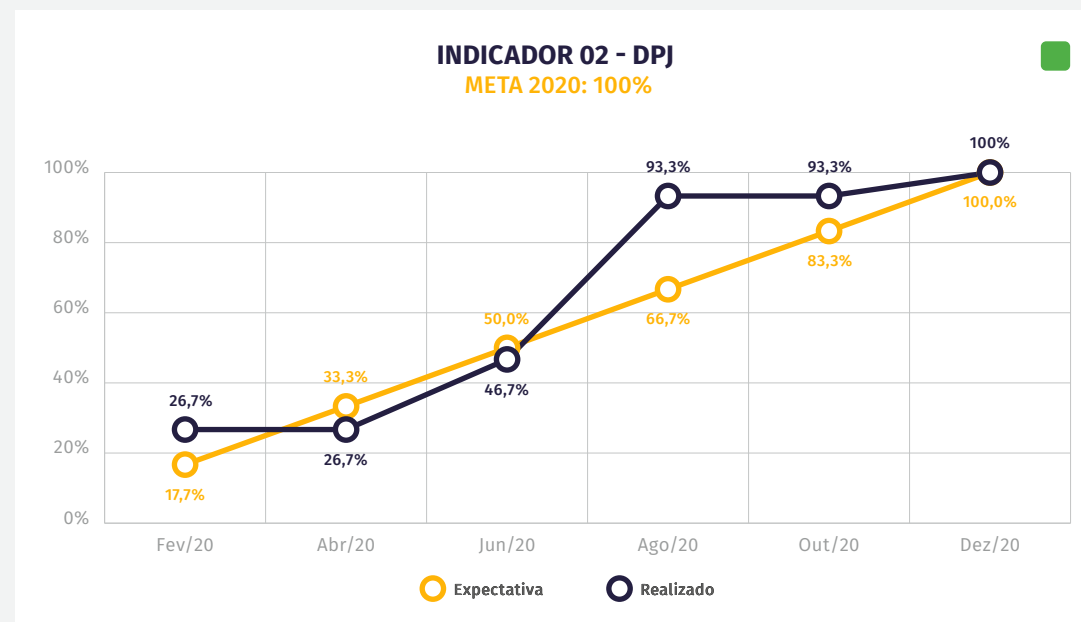
Desta forma, o indicador 2 foi reformulado e o indicador 3, eliminado do plano.



INDICADOR 2

Índice de realização de pesquisas, que mede o percentual de pesquisas produzidas no prazo previsto. Em cada ano, o DPJ apresenta plano de ação contendo os projetos previstos para o período. A intenção é possibilitar, na medição final, a comparação entre o que foi planejado e o que foi realizado.

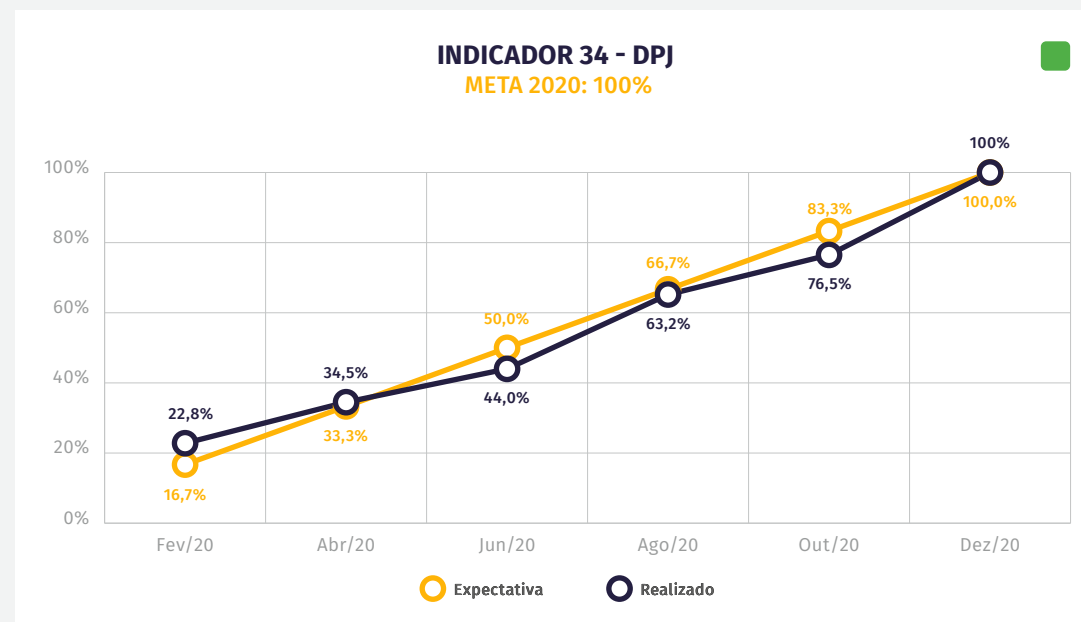
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 34

Índice de acompanhamento de projetos estratégicos do DPJ, que mede o percentual de execução de projetos estratégicos do DPJ. Em cada ano, o DPJ apresenta plano de ação contendo os projetos previstos para o período. A intenção é possibilitar, na medição final, a comparação entre o que foi planejado e o que foi realizado.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 3: favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do CNJ

Busca a adoção de iniciativas que promovam a melhoria e a inovação nos processos organizacionais que sustentam a estratégia do CNJ.

Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo no **indicador 4**.



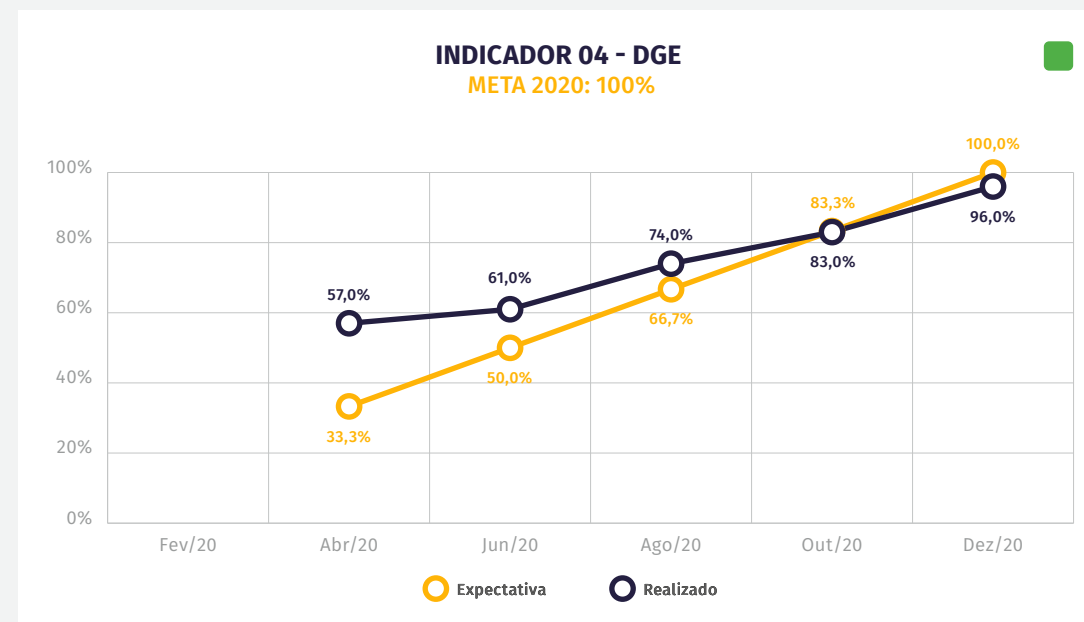
INDICADOR 4

Índice de melhorias implementadas em processos prioritários, que mede o percentual de melhorias implementadas em processos prioritários, em relação às melhorias planejadas. A responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do DGE.

Foram planejadas, para o exercício, 23 melhorias a serem implementadas nos processos prioritários – macroprocessos Gerir a Estratégia e de Contratação.

PROCESSOS PRIORITÁRIOS	QUANTIDADE	CONCLUÍDOS	EM ANDAMENTO
Contratação	2	2	0
Gerir a Estratégia	21	20	1

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 4: fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental

Consiste em adotar: (i) critérios de sustentabilidade e economicidade, por meio de métodos para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico; (ii) práticas de sustentabilidade, por meio de ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional, visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do CNJ; (iii) práticas de racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e o aperfeiçoamento contínuo na gestão dos processos de trabalho; (iv) efetivar a responsabilidade socioambiental, seguindo os preceitos da Resolução CNJ n. 201/2015, por intermédio das ações e indicadores norteados por critérios de economicidade.

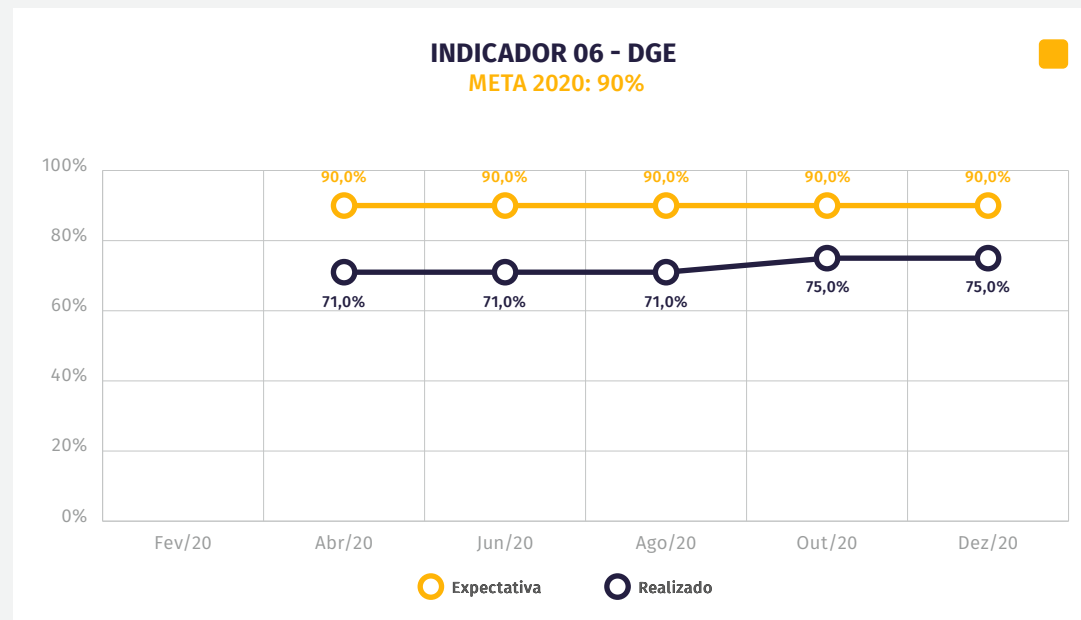
Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo em um indicador, a saber:





INDICADOR 6

Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável, que mede o percentual de implementação e de execução do Plano de Logística Sustentável (PLS), cuja responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do DGE.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
	Elaboração de guia com quesitos técnicos e legais para as contratações sustentáveis Objetiva dar maior clareza, uniformidade e celeridade aos processos de contratações que devem observar requisitos socioambientais.	DGE	100%	20%
	Formulação do plano do PLS 2021-2026 Elaboração do PLS do CNJ para o sexênio de 2021-2026	DGE	100%	90%

Objetivo Estratégico 5: incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

Visa envidar esforços para que o conhecimento e as boas práticas sejam constantemente compartilhados entre os órgãos do Poder Judiciário, com o intuito de promover maior integração entre os órgãos jurisdicionais e atingir alto grau de eficiência, eficácia e efetividade em toda Justiça.

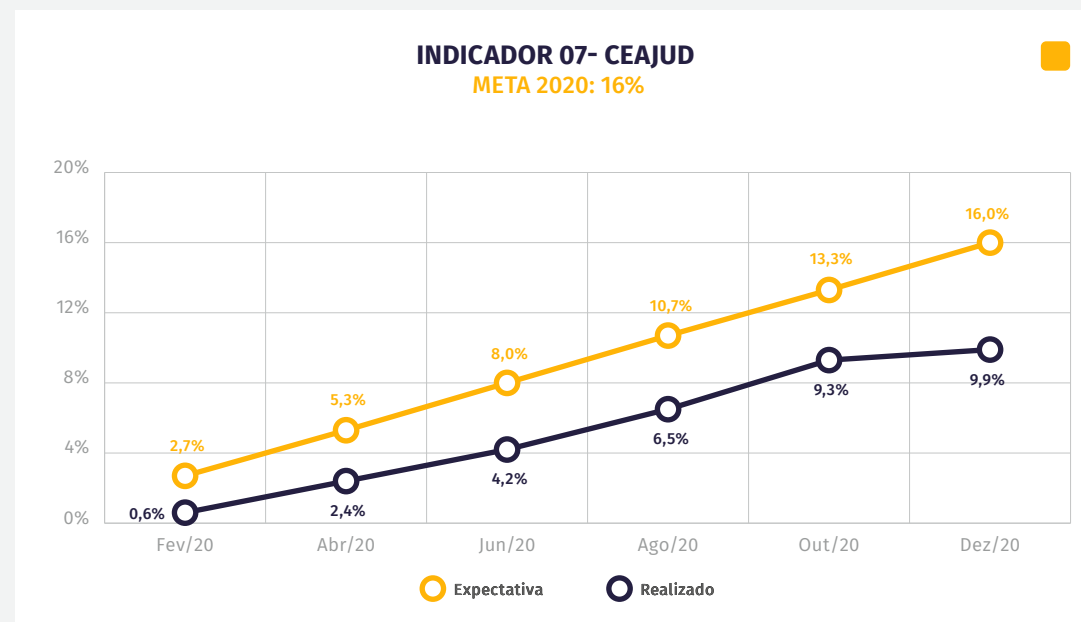
Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo em quatro indicadores:



INDICADOR 7

Índice de capacitação do Poder Judiciário nas competências estratégicas, que mede o percentual de servidores capacitados nas competências estratégicas definidas pelo CNJ, em pelo menos um curso oferecido pelo Centro de Formação de Servidores do Poder Judiciário.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 8

Índice de implementação e execução do Plano Nacional de Capacitação, que mede o percentual de implementação e execução do Plano Nacional de Capacitação, cuja responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do Centro de Formação de Servidores do Poder Judiciário.

O indicador ainda não foi apurado, haja vista o Plano Nacional de Capacitação padecer de ajustes antes de sua efetiva publicação.

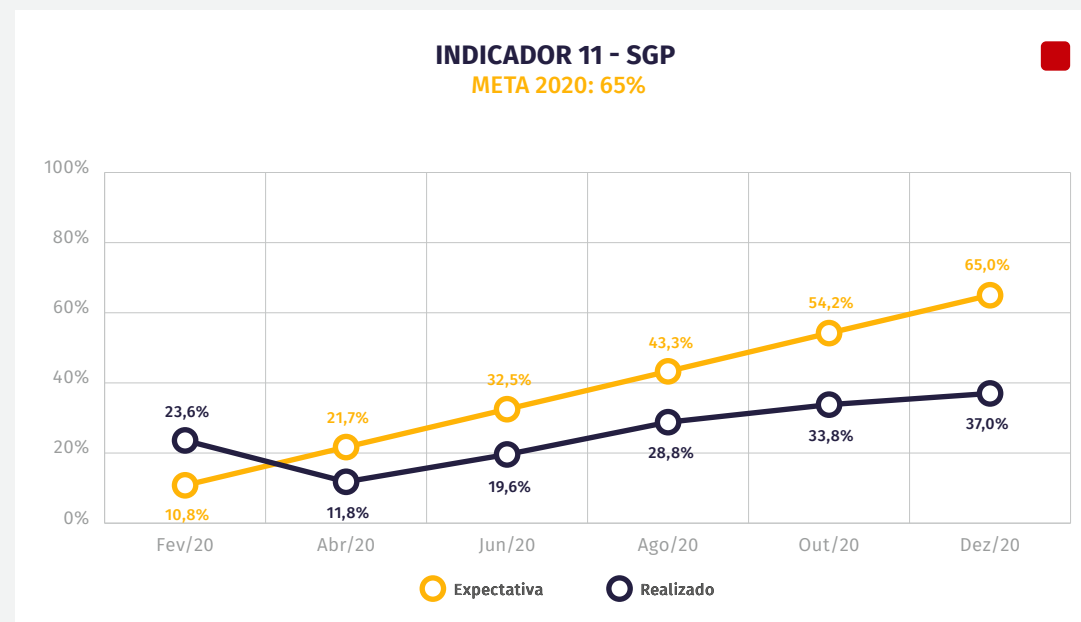
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 11

Índice de capacitação dos servidores do CNJ, que mede o percentual de servidores capacitados no ano de referência, cuja responsabilidade de acompanhamento fica a cargo da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

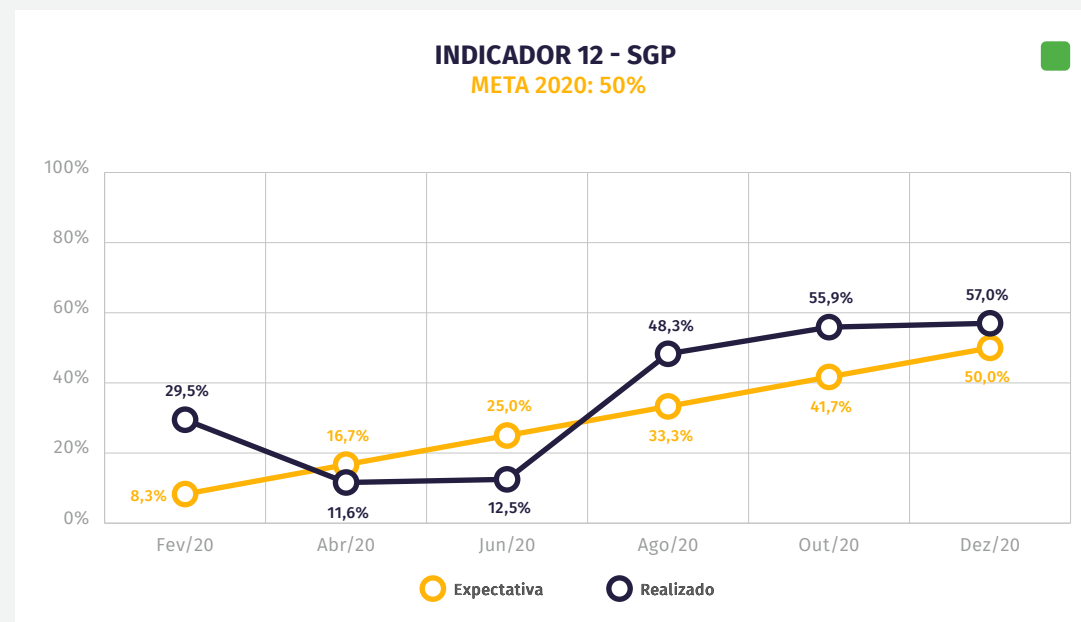


INDICADOR 12


Índice de capacitação dos gestores do CNJ, que mede o percentual de gestores capacitados no ano de referência, cuja responsabilidade de acompanhamento fica a cargo da SGP.

Em virtude das alterações necessárias nos processos de trabalho como resposta ao cenário de pandemia provocada pelo Covid-19, a SGP solicitou ajuste nas metas dos **indicadores 11 e 12**, uma vez que o trabalho passou a ser remoto a partir de março.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
	Mapeamento de Competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Trata-se do Mapeamento de Competências e capacitação dos servidores do CNJ na Gestão por Competências, que é uma metodologia que trata da gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos deste Conselho.	SGP	100%	100%

Objetivo Estratégico 6: estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais

Objetiva promover um ambiente participativo e colaborativo no âmbito do CNJ para, com isso, melhorar os resultados institucionais, e divulgar ações, programas e projetos patrocinados pelo órgão, com vistas a fortalecer a imagem institucional do Conselho Nacional de Justiça.

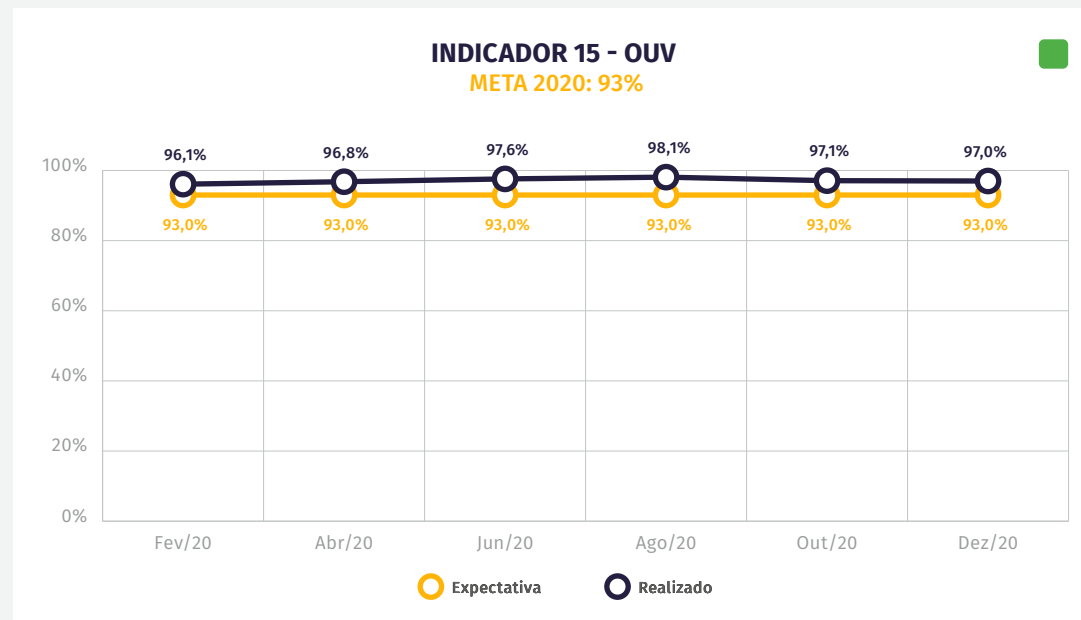
Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo em cinco indicadores, dois acompanhados pela Ouvidoria e três pela Secretaria de Comunicação Social.



INDICADOR 15

Atendimento da ouvidoria, que mede o percentual de respostas às demandas da Ouvidoria realizadas no prazo previsto.

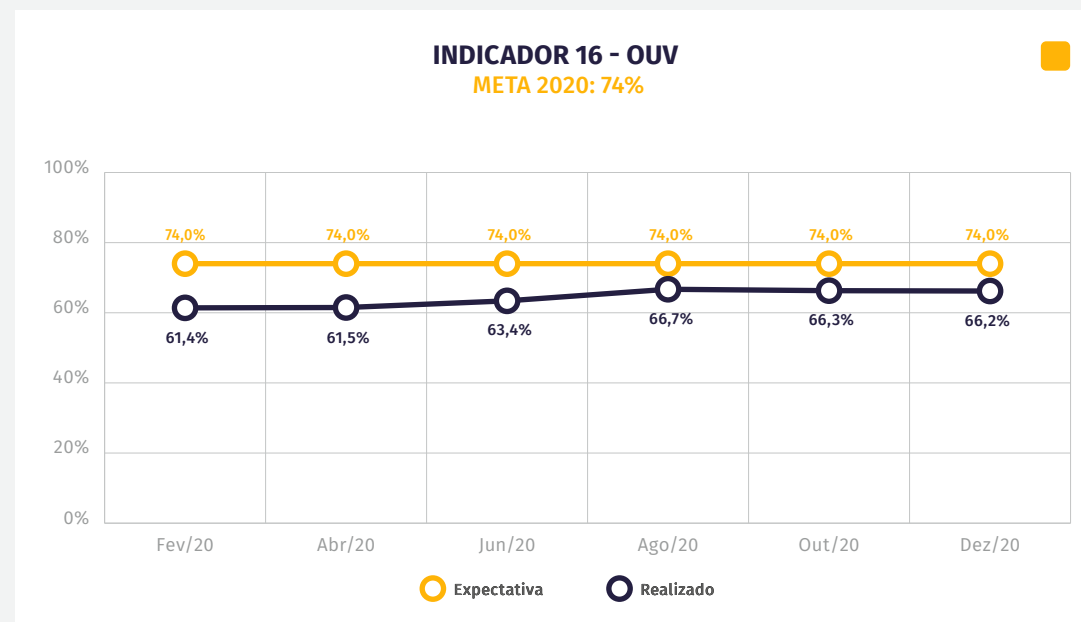
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 16

Satisfação com o atendimento da ouvidoria, que mede o grau de satisfação dos usuários com os atendimentos.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

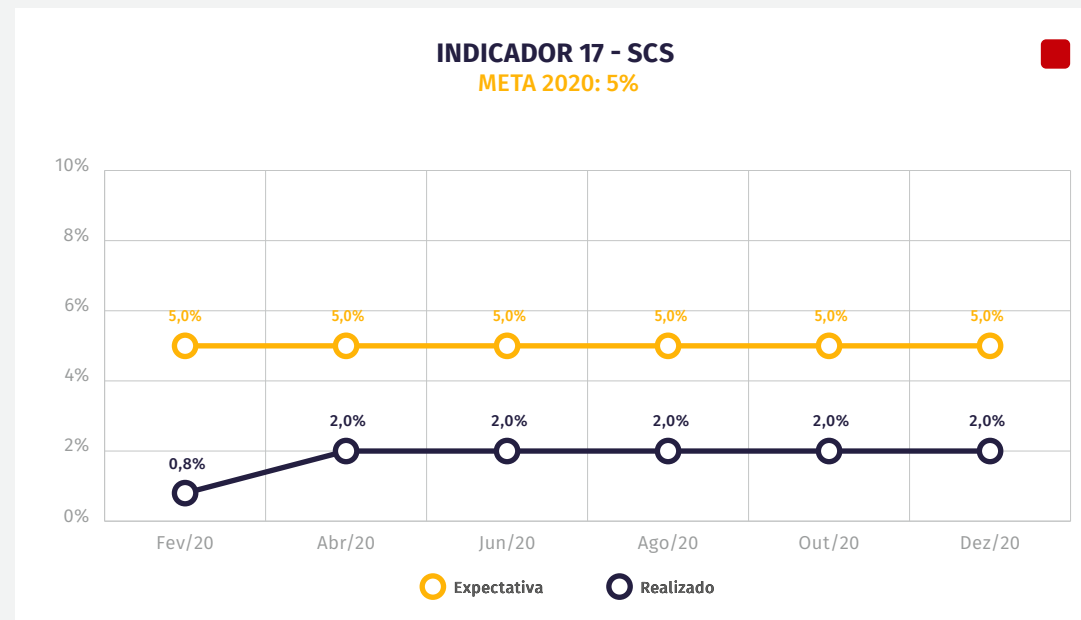


Em 2020, a Secretaria de Comunicação Social (SCS) solicitou a reformulação do indicador 17 para que este avaliasse o alcance e engajamento nas Redes Sociais, uma vez que, hoje em dia, nas redes sociais, o fator que dá maior relevo aos perfis é o alcance e o engajamento dos usuários. A alteração proposta avalia o resultado efetivo da SCS, pois os resultados vão apontar se há uma estratégia de disseminação – e se está sendo executada com sucesso – com o crescimento do alcance das publicações (que não se restringem aos seguidores até então mensurados no atual indicador) e se o conteúdo que está sendo desenvolvido é de real interesse da sociedade, a partir da taxa de engajamento.

INDICADOR 17

Alcance e Engajamento nas Redes Sociais, que mede o alcance e o engajamento do CNJ nas Redes Sociais. A meta para 2020 foi aumentar em 5% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

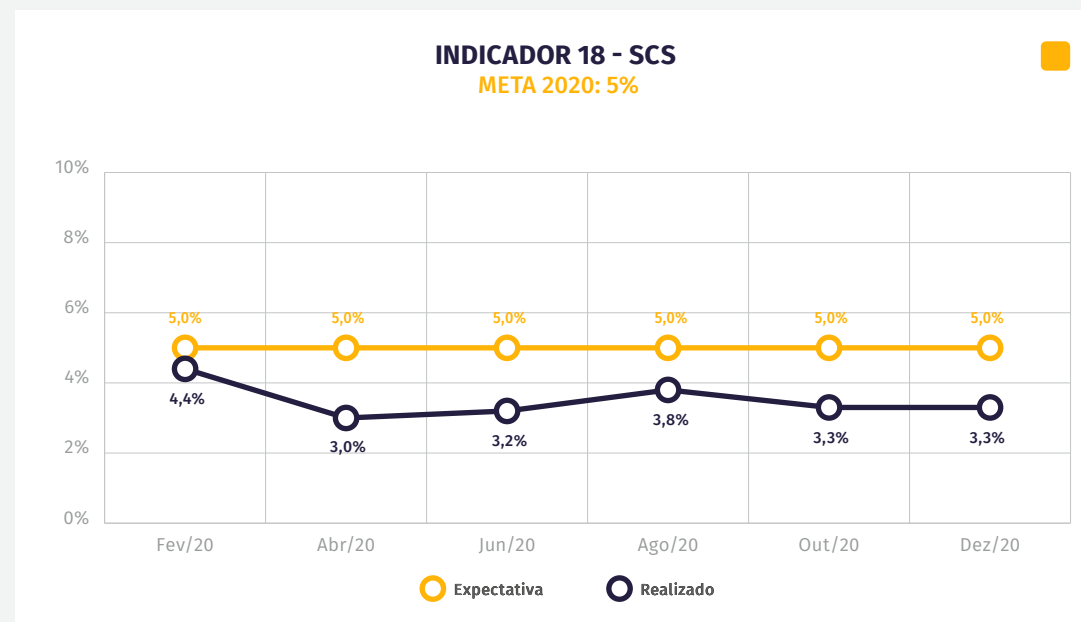


A SCS avaliou que o indicador 18, tal como proposto nos ciclos anteriores, não mede os resultados apresentados pela SCS de forma adequada, e, para aprimorar as medições, buscou trazer os critérios de significação (permite visualizar o alcance de objetivos e seu debate e aprimoramento); mensurabilidade (de forma simples e continuada); e gerenciabilidade (dentro da esfera de controle de gerenciamento e influência da equipe). Assim, propôs alteração do indicador para medir o alcance e engajamento do Portal do CNJ.

INDICADOR 18

Alcance e Engajamento no Portal CNJ, que contempla, o alcance e engajamento do Portal do CNJ.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL

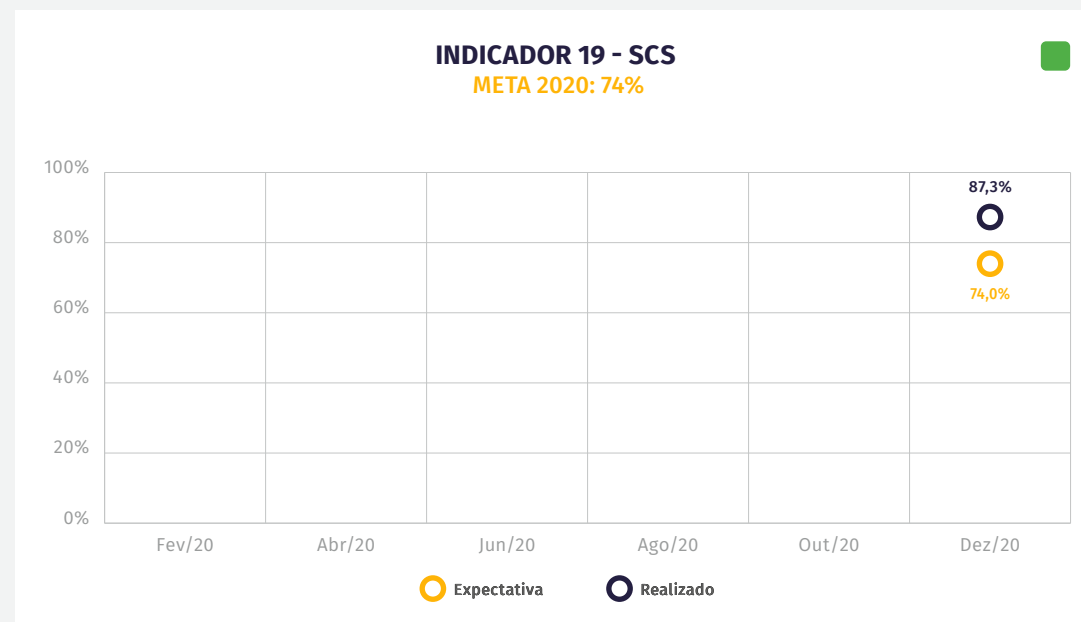


INDICADOR 19

Índice de satisfação com a comunicação interna, que mede a satisfação dos servidores e colaboradores do CNJ com os canais de comunicação interna. A pesquisa é composta das variáveis: Muito Boa, Boa, Regular, Ruim e Muito Ruim. Para o cálculo do indicador, são utilizados o somatório das variáveis “Muito Boa” e “Boa” dividido pelo total de participantes da pesquisa.

Este indicador é medido no último bimestre, por isso não há resultados nos períodos anteriores.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
■	Programação colaborativa da Rádio CNJ	SCS	60%	25%
■	1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais	OUV	22%	40%

Objetivo Estratégico 7: promover os direitos de cidadania no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

Busca a proteção e a promoção dos direitos humanos por meio de projetos e iniciativas que têm por foco os direitos fundamentais e de cidadania.

Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo no **indicador 20: Índice de implantação das iniciativas que promovam os direitos de cidadania**, que mediu, em 2018, o percentual de implantação dos projetos:

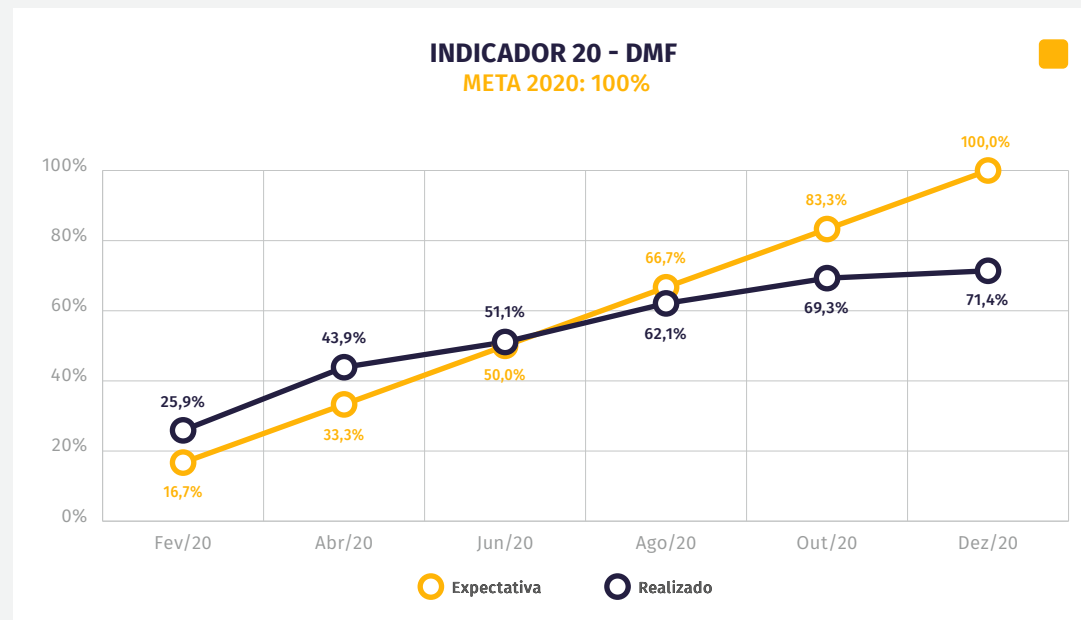
- ▶ SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado;
- ▶ Biometria e documentação da população prisional;
- ▶ Audiências de custódia e alternativas penais;
- ▶ Fomento a trabalho e renda no sistema prisional e atenção à população egressa;
- ▶ Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo.



INDICADOR 20

Índice de implantação das iniciativas que promovam os direitos de cidadania.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
■	Benefícios Previdenciários por incapacidade Este projeto visa ao estabelecimento de parâmetros uniformes para tratamento das causas relativas aos benefícios previdenciários por incapacidade nos segmentos da Justiça Federal e da Estadual	SEP	100%	100%
■	Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral Promoção do fortalecimento das instituições públicas voltadas à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos no artigo 227 da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Marco Legal da Primeira Infância, com vistas ao aprimoramento dos serviços prestados por estas instituições, inclusive à melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos que têm o dever de aplicar a legislação previamente referida. Projeto financiado com recursos do Fundo de Direito Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.	SEP	70%	64%

Objetivo Estratégico 8: garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Visa promover a adequação e a modernização da infraestrutura física e de instalações para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades do CNJ.

A Secretaria de Administração tem, em sua responsabilidade, o acompanhamento de dois indicadores para fins de cumprimento desse objetivo estratégico:

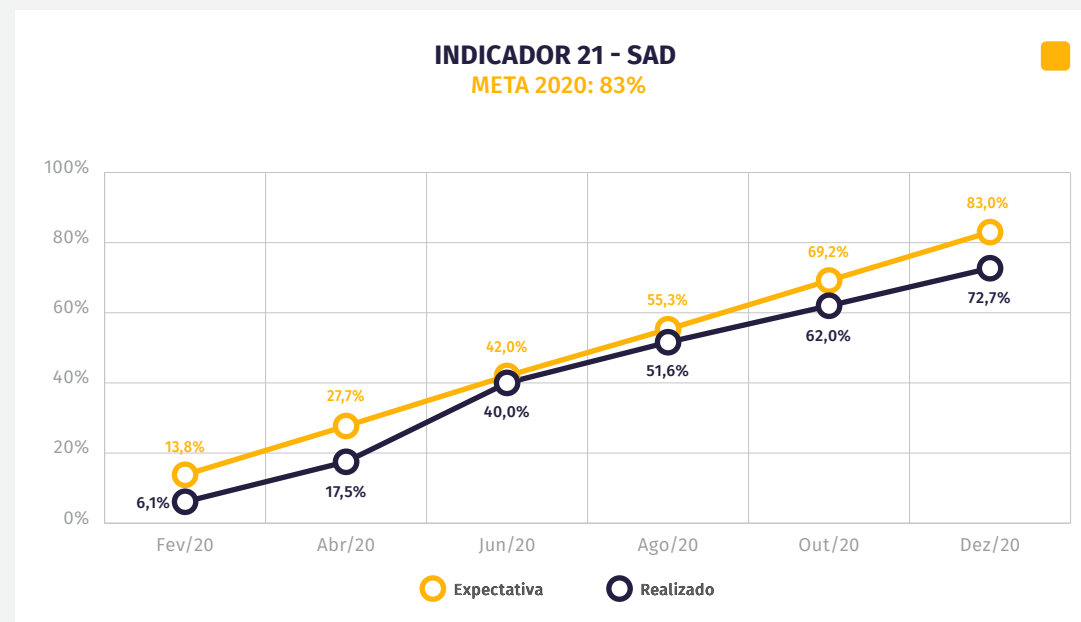


INDICADOR 21

Índice de execução do plano de contratações do CNJ, que mede o percentual de execução do plano de contratações do CNJ.

Com relação ao indicador 21, usa-se o plano de contratações, que é elaborado um ano antes e publicado até novembro. No ano seguinte, avalia-se a efetividade desse plano.

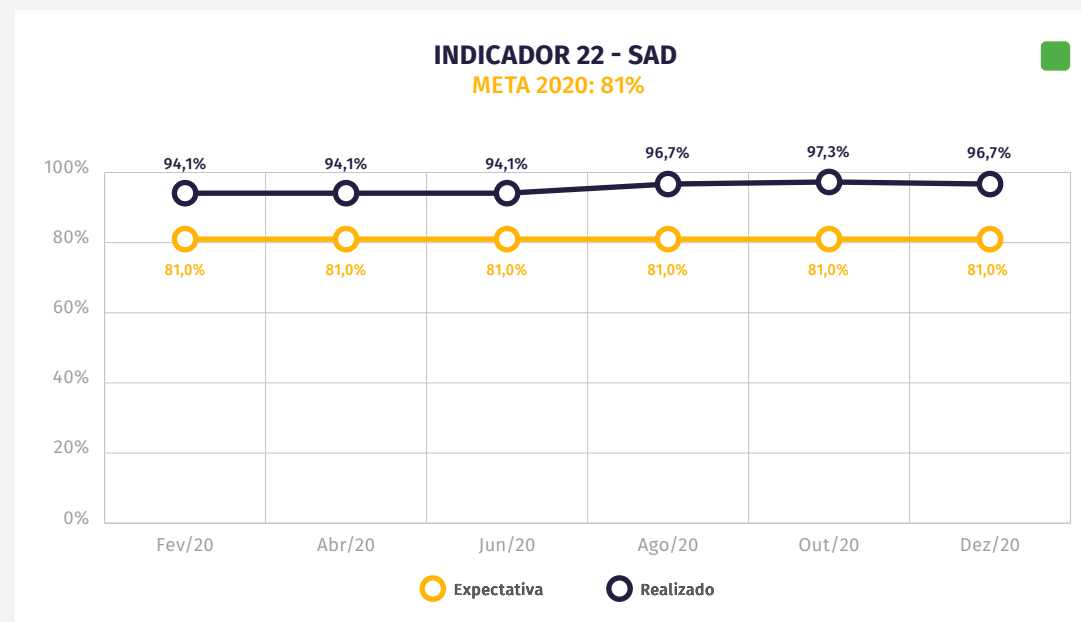
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 22

Índice de unidades do CNJ com infraestrutura adequada (IU), que mede o percentual de atendimento, pelas unidades do CNJ, dos itens da Resolução CNJ n. 114/2010.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 9: aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário

Consiste no desenvolvimento de iniciativas de aperfeiçoamento do acompanhamento orçamentário e financeiro do Poder Judiciário, por meio da governança, da expedição de atos normativos e de mecanismos informacionais.

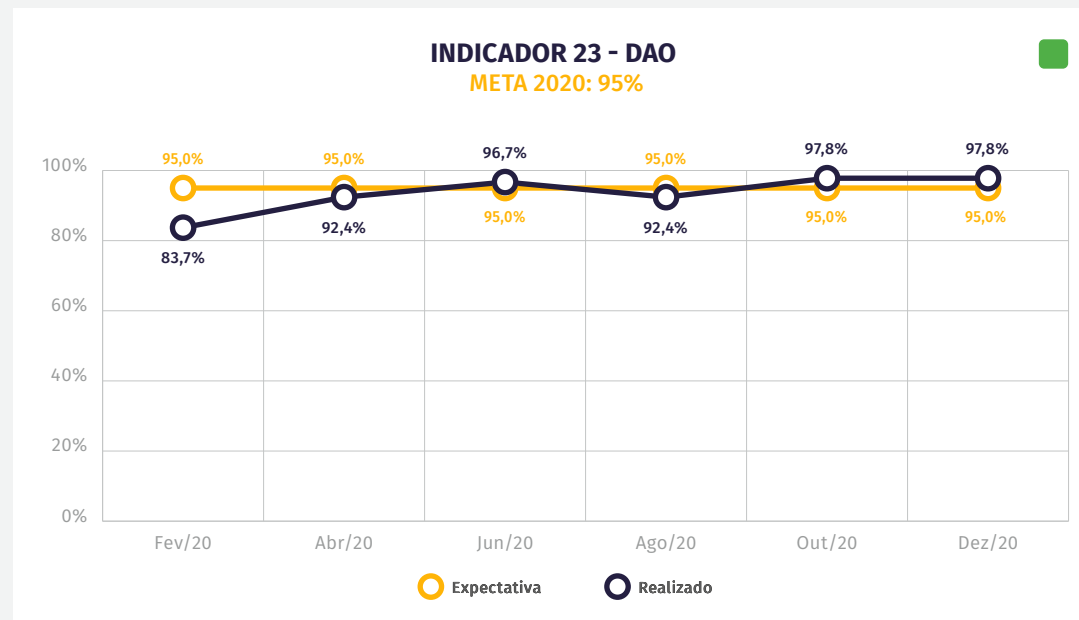
O CNJ busca o alcance desse objetivo estratégico por meio de dois indicadores, a saber:



INDICADOR 23

Índice de publicação das informações orçamentárias dos tribunais, que mede o percentual de tribunais que disponibilizaram, em seus sítios eletrônicos, as informações orçamentárias com base em ato normativo do CNJ e na legislação vigente, cuja responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO).

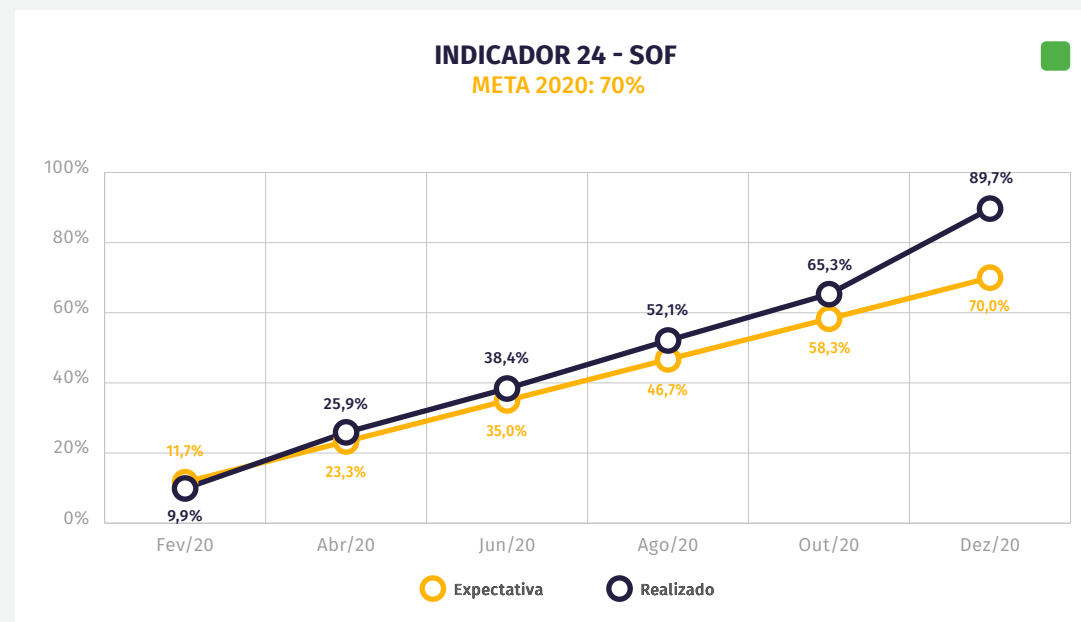
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 24

Índice de Liquidação do orçamento disponibilizado, que mede o percentual de liquidação do orçamento disponibilizado ao CNJ, cuja responsabilidade de acompanhamento fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 10: implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua

Busca desenvolver ações que promovam a saúde do servidor, incluindo as seguintes dimensões: física, social, psicológica e organizacional. Fomentar a adoção de hábitos saudáveis, a melhoria das relações de trabalho e o aumento do desempenho dos servidores.

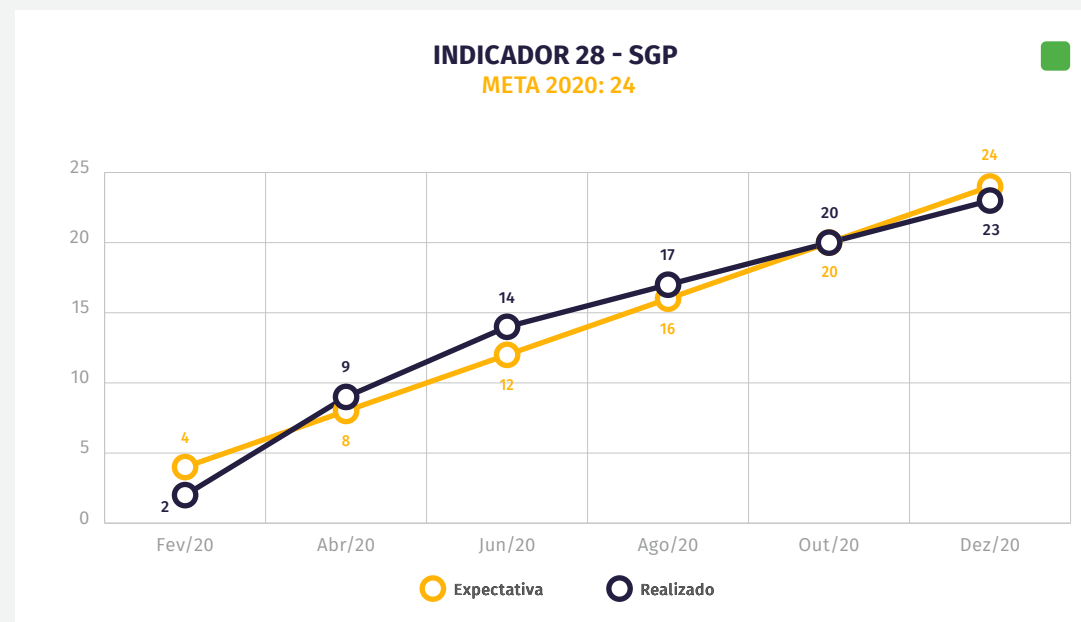
A SGP solicitou a retirada do Planejamento Estratégico do **indicador 25** (Índice de absenteísmo), do **indicador 26** (Índice de realização do Exame Periódico de Saúde – EPS), do **indicador 27** (Índice de ausência por motivo de saúde), do **indicador 30** (Índice de rotatividade), por entender que devem ser mantidos somente no nível tático, pois são relevantes para o balizamento das políticas de gestão de pessoas.



INDICADOR 28

Indicador sintético de iniciativas relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho, que mede a quantidade de iniciativas realizadas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho.

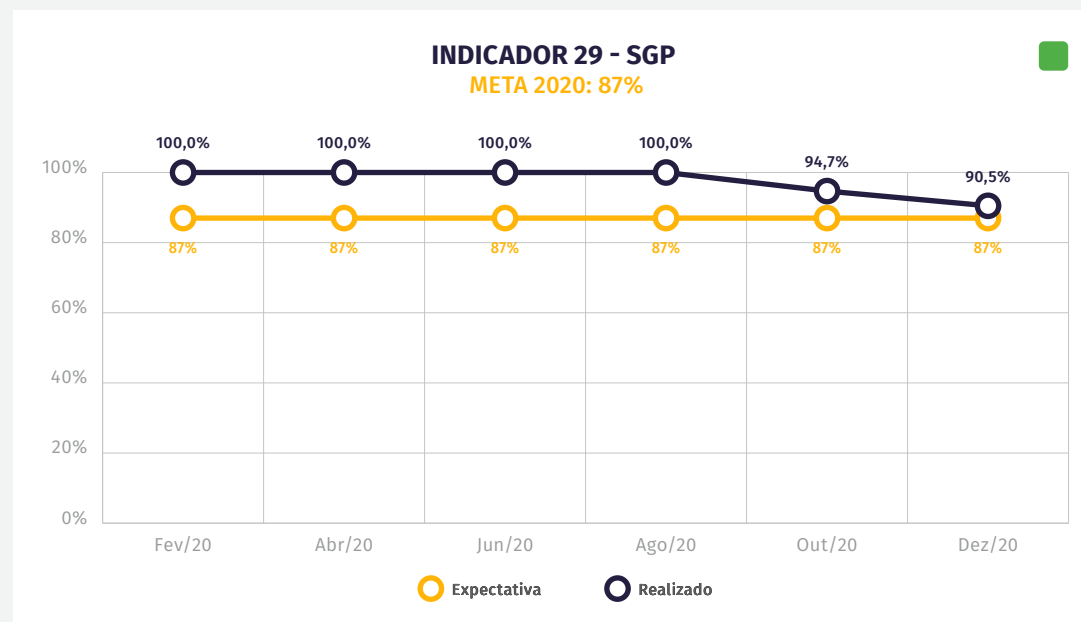
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 29

Índice de participação nas ações relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho, que mede o percentual de participação do público-alvo nas iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Inclui somente iniciativas com público-alvo definido.

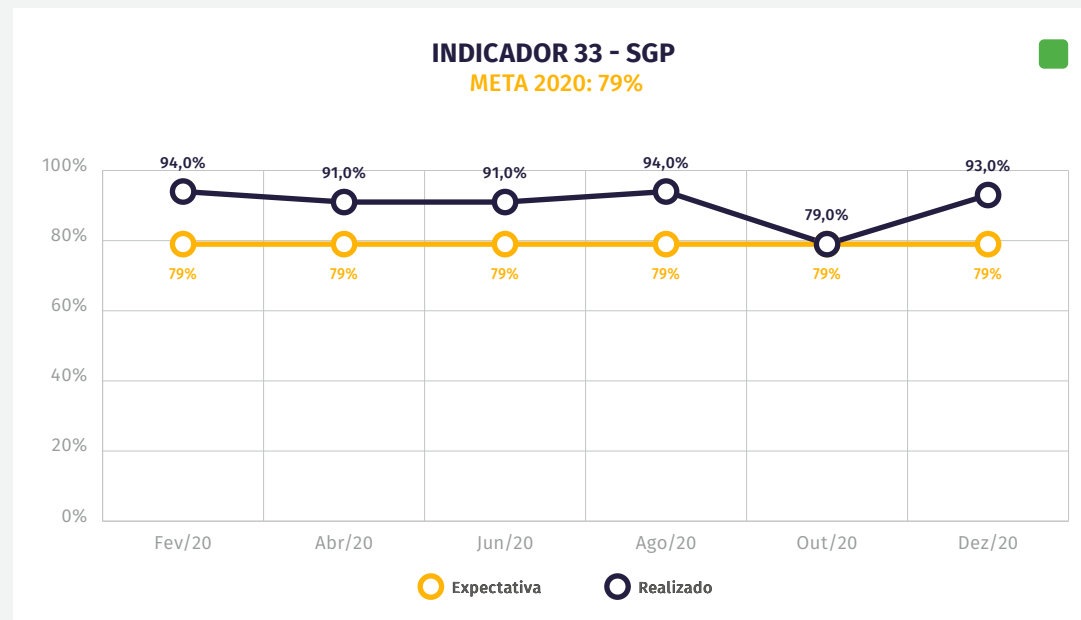
GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



INDICADOR 33

Indicador de satisfação quanto às iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho, que mede a satisfação dos participantes respondentes quanto às iniciativas de saúde e de qualidade de vida no trabalho realizadas.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	REALIZADO 2020
■	Gestão da QVT 2017-2019 O objetivo é realizar a construção coletiva de um Relatório Final da pesquisa que contenha: 1. Uma coletânea de práticas de sucesso; e 2. Um conjunto de planos de ação que possa servir de orientação para a alta administração, gestores e servidores alcançarem mais qualidade de vida no trabalho.	SGP	100%	50%
■	Projeto Valoriza CNJ Projeto de valorização dos servidores do CNJ.	SGP	100%	35%

Estes projetos foram suspensos em virtude da pandemia de Covid-19 e ainda não foram reformulados.

Objetivo Estratégico 11: estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação

Busca incentivar a integração e a interoperabilidade entre os diversos sistemas, permitindo a troca de informações de maneira eficiente e eficaz entre os órgãos do Poder Judiciário, bem como estimular o desenvolvimento de sistemas de forma colaborativa, sempre que possível, possibilitando que equipes de diferentes órgãos atuem em conjunto e compartilhem conhecimento.

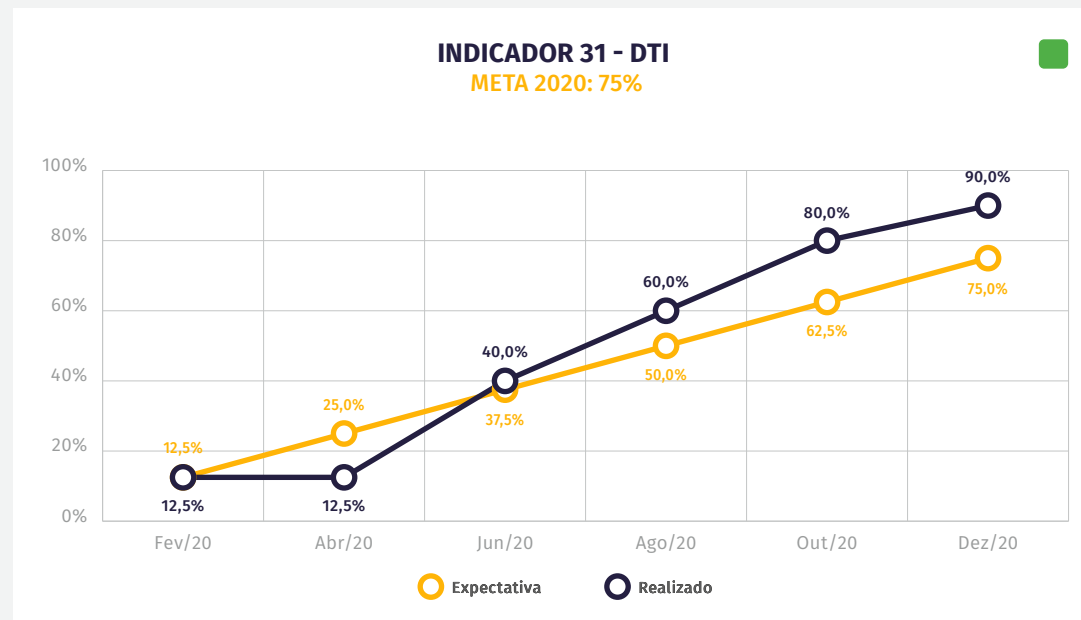
Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo no **indicador 31: Índice de incentivo institucional à integração**, à interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação, que mede o percentual de iniciativas realizadas com objetivo de impulsionar a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação, em relação às iniciativas programadas. A responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI.



INDICADOR 31

Índice de incentivo institucional à integração, à interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Objetivo Estratégico 12: articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação

Visa desenvolver práticas reconhecidas de governança e de gestão de TIC, garantindo o alinhamento com a estratégia do CNJ e do Poder Judiciário, bem como prover infraestrutura tecnológica adequada para impulsionar projetos e ações.

Para fins de mensuração, houve o desdobramento do objetivo no **indicador 32: Evolução do perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD**, cujo resultado é computado conforme metodologia estabelecida pelo Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), de acordo com as respostas atribuídas no questionário aplicado anualmente. A responsabilidade de acompanhamento fica a cargo do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI.

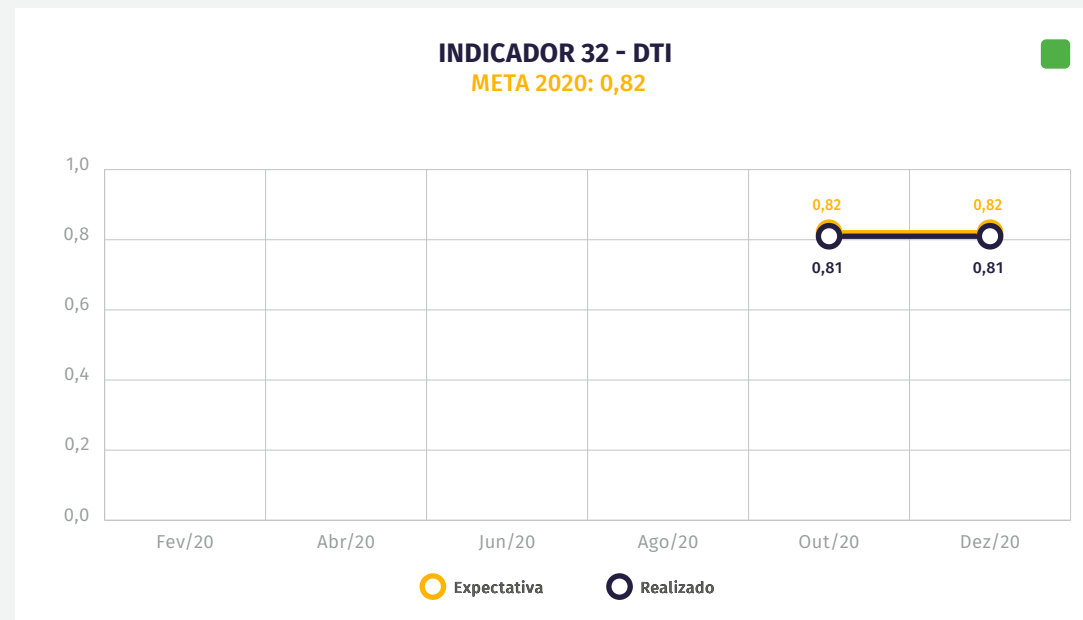


INDICADOR 32

Evolução do perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD.

Este indicador é medido no segundo semestre, por isso não há resultado registado nos quatro primeiros bimestres.

GRÁFICO – ACOMPANHAMENTO ANUAL



Projetos Institucionais

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	RESULTADO 2020
■	Panorama de TIC do Poder Judiciário O Painel de Governança “Panorama de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário” é um dos mais completos painéis criados pelo DTI para demonstrar as diversas frentes de atuação do departamento para atender com excelência o Poder Judiciário. Uma das funcionalidades inovadoras é a Nuvem de Palavras – que destaca as cinco maiores dificuldades de TIC, permitindo dessa forma, agilidade na priorização de ações com maior chance de benefícios.	DTI	100%	99%
■	Programa PJE 2020 O Programa PJe 2020, entregará diversos projetos de melhoria da infraestrutura, inovação, expansão de módulos e suporte ao sistema. Os projetos são desenvolvidos com metodologia ágil, a carteira é planejada semestralmente baseada na necessidade dos usuários. Objetivando melhor qualidade em suporte, atendimento às especificidades estaduais e o compartilhamento de recursos, diversos tribunais disponibilizaram equipes de desenvolvimento. Além dos tribunais, fazem parte da definição negocial a Ordem dos Advogados do Brasil, a Advocacia Geral da União, o Ministério Público e a Defensoria Pública.	DTI	100%	94%
■	Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (CONNECT-JUS) A Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (CONNECT-JUS) foi criada em agosto de 2019 destinada a ser espaço colaborativo e reunir iniciativas de todo o Poder Judiciário, com temas que versem sobre Transformação Digital no setor. O desafio da proposta é engajar as áreas estratégicas ligadas à Tecnologia da Informação (TI) dispostas nos Órgãos do Poder Judiciário.	DTI	100%	100%

SITUAÇÃO	PROJETOS INSTITUCIONAIS	UNIDADE RESPONSÁVEL	EXPECTATIVA 2020	RESULTADO 2020
■	<p>Resolução de Contratações de TIC do PJ</p> <p>Elaboração da Nova Resolução de Contratações de TIC do Poder Judiciário (em substituição à atual Resolução CNJ n. 182/2013). A atualização se faz necessária para enquadramento de regras voltadas às contratações de soluções e serviços de TIC no âmbito da administração pública, haja vista que a norma vigente possui mais de cinco anos. Atualização da estratégia nacional de TIC para o novo período de vigência, 2021-2026.</p>	DTI	100%	99%
■	<p>Estratégia Digital do Poder Judiciário</p> <p>A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pela Resolução CNJ n. 211/2015, tem por missão realizar a justiça a partir da ideia de um Poder Judiciário ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do País. O CNJ, por meio do DTI, é responsável por coordenar ações nessa área com a contribuição de órgãos do Poder Judiciário.</p>	DTI	100%	100%

ANÁLISE CRÍTICA – ANO 2020

A sistemática de acompanhamento da Estratégia prevê que, além das RAE (Reuniões de Análise da Estratégia) – previstas para serem realizadas a cada quadrimestre, conforme Resolução CNJ nº 198/2014 –, serão realizadas medições a cada bimestre para fins de acompanhamento e verificação de necessidade de correção das ações adotadas.

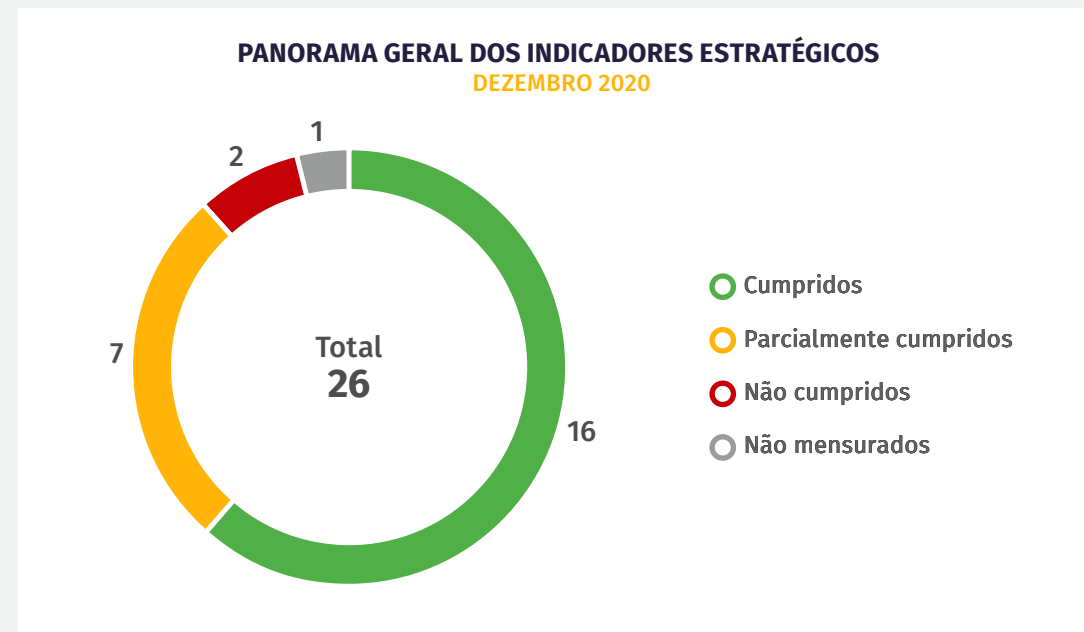
Na medição do período de janeiro a dezembro de 2020, obtiveram-se os seguintes resultados consolidados:



Indicadores e metas

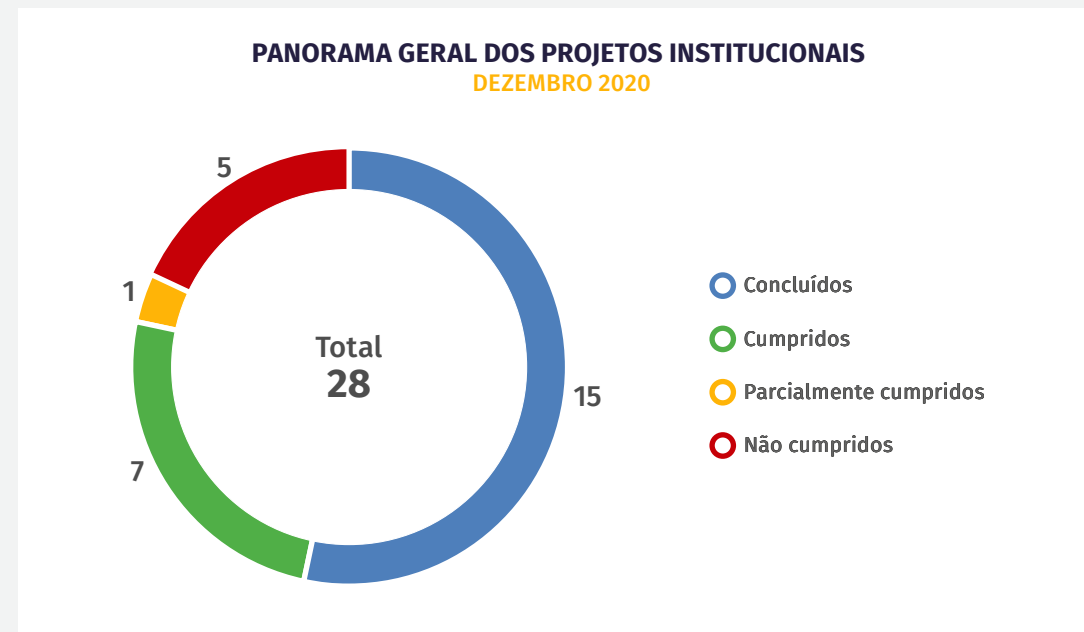
Conforme se observa no gráfico ao lado, dos 26 indicadores constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional 2015-2020, 16 foram cumpridos (61,5%), sete, parcialmente cumpridos (26,9%), dois, não cumpridos (7,7%) e um, não mensurado (3,8%). Esses são valores aproximados, porque não a divisão não resulta números inteiros.

Além de indicadores, o CNJ realiza iniciativas, ações, projetos que dão suporte ao cumprimento dos objetivos estratégicos.



Projetos Institucionais

O gráfico ao lado apresenta os projetos realizados em 2020 e, conforme se observa, dos 28 projetos institucionais constantes do Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça 2015-2020, ano 2020, 15 foram concluídos¹ (53,6%) durante o período, sete, cumpridos² (25%), um, parcialmente cumprido (3,6%) e cinco, não cumpridos (17,9%).



¹ Consideram-se **concluídos** os projetos institucionais que já atingiram 100% do percentual de cumprimento.

² Consideram-se **cumpridos** as metas e os projetos institucionais que estão dentro da expectativa de cumprimento, ou seja, é a média do total de cumprimento (100%) pelo período transcorrido até o momento da medição.

Conclusão

Dos 12 objetivos estratégicos constantes no plano, sete foram cumpridos (58%) e cinco foram parcialmente cumpridos (42%). Sobre estes cinco, pode-se analisar:

- ▶ O objetivo **“X – Implantar ações que promovam a saúde e qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua”** é composto por três indicadores e projetos institucionais. Os indicadores ficaram como cumpridos, todavia os dois projetos foram paralisados em decorrência da pandemia provocada pelo Covid-19 e, como ainda seguem sem reformulação de datas e etapas, impactaram negativamente o resultado global do objetivo.
- ▶ O indicador **“Índice de Execução do Plano de Contratações do CNJ”** fecha o exercício sem conseguir atingir a meta que era de 83% e o resultado apurado foi 72,7%.
- ▶ A satisfação com o atendimento da Ouvidoria não reverteu sua tendência de não cumprimento da meta.
- ▶ Os novos indicadores da SCS tiveram desempenho aquém do esperado. Esses indicadores estão no seu primeiro ciclo e necessitam de ajustes para acompanharem a realidade observada, bem como de ações para alavancar o resultado.
- ▶ O projeto **“Programação colaborativa da Rádio CNJ”** foi paralisado em decorrência de processo licitatório ainda não finalizado para contratação de empresa parceira no desenvolvimento da Rádio CNJ.
- ▶ O Plano Nacional de Capacitação segue sem aprovação e, por isso, o resultado do seu indicador de desempenho impacta negativamente o resultado do Objetivo Estratégico
- ▶ As capacitações de servidores do CNJ e também dos servidores do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas não atingiram o desempenho esperado. No caso das capacitações do CNJ, em virtude do grave quadro de pandemia vivida no período, as metas foram ajustadas para se adequarem à nova realidade de trabalho remoto.
- ▶ Registra-se ainda que o projeto **“Elaboração do guia com quesitos técnicos e legais para as contratações sustentáveis”** não foi impulsionado durante o exercício.

ANÁLISE CRÍTICA DE TODO O CICLO

O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o 2º ciclo de planejamento foi elaborado para o período de 2015-2020. A Portaria CNJ n. 167 de 15 de dezembro de 2015 foi o ato normativo que instituiu o referido planejamento. Como podemos observar, a portaria só foi publicada no final do exercício de 2015.

Em consequência, durante ano de 2015, não houve medição de desempenho do plano propriamente dito. No entanto, nesse ano, o CNJ adotou as diretrizes de gestão da Presidência do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2015-2016 estabelecidas pela Portaria n. 16 de 26 de fevereiro de 2015. A partir de 2016, o DGE deu início ao processo de monitoramento da Estratégia.

Iniciou-se, então, um processo de amadurecimento e aperfeiçoamento das ferramentas, metodologias e do próprio plano, que passaram a ser vivenciados, não somente pelo DGE, mas por toda a organização.

Em termos de metodologia de apuração de resultados, foi adotado um sistema de pontuação para indicadores, projetos e objetivos estratégicos que estabelece faixas de situação. Dessa forma, entende-se que a avaliação não é uma mera análise binária de cumprimento dos resultados, mas busca demonstrar o esforço que as unidades e o órgão como um todo empreenderam para realizar as metas.

Para análise dos indicadores e projetos, usa-se a seguinte pontuação, com a ressalva de que os projetos que atingem 100% de cumprimento são considerados concluídos:

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS INDICADORES	
■	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
■	Entre 60% e 89% de alcance da meta
■	Menor que 60% de alcance da meta
■	Indicador não mensurado

Para análise do desempenho dos objetivos estratégicos, criou-se a seguinte metodologia:

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO DOS OBJETIVOS		
POPULAÇÃO INDICADORES	MÉDIA DE PONTOS	
	RESULTADO	COR
■ 3 pontos	0 a 1,50	■
■ 2 pontos	1,51 a 2,50	■
■ 1 ponto	2,51 a 3,00	■
■ 0 ponto	Não mensurado	■

Ressalta-se que essa é a metodologia aplicada atualmente e foi aperfeiçoada com o tempo. Em 2016, não foi medido o desempenho dos objetivos estratégicos, mas somente a dos indicadores e dos projetos/inciativas estratégicas.

Em 2017 e 2018, aperfeiçoando o monitoramento, foram desenvolvidos os critérios de avaliação de desempenho dos objetivos, contudo essa apuração considerava somente o resultado dos indicadores, e não considerava a realização dos projetos/inciativas.

A partir de 2019, o resultado apurado dos objetivos estratégicos, sinalizado por faróis no mapa estratégico, passou a ser uma composição dos indicadores e dos projetos/inciativas, pois esses contribuem sobremaneira com o atingimento dos resultados.

Durante o período de execução do plano, ajustes foram necessários, pois o planejamento deve ser flexível o suficiente para permitir que alterações sejam feitas diante das exigências de novos cenários.

Para realização da análise de desempenho de todo o ciclo 2015-2020, usar simplesmente as informações de 2020 não seria apropriado, primeiro porque foi um ano impactado por novas regras e relações de trabalho impostas pelo cenário de pandemia, segundo, porque o plano possui indicadores cujas metas aumentaram em cada ciclo e outros cujas metas são fixas em 100%.

Assim, para compor a análise do resultado do ciclo, optou-se por aplicar a mesma metodologia de apuração usada em cada relatório, sem alterar suas características temporais, ou seja, o resultado apurado de um objetivo para o ciclo 2015-2020 é a média dos resultados apurados em cada ano, como publicado no relatório à época. Para o exercício de 2016, que não teve análise de desempenho dos objetivos estratégicos, optou-se pela metodologia de 2017, que não considera os resultados dos projetos para manter uma coerência temporal.

Para medir o objetivo XII - **Articular o Aperfeiçoamento da Governança e da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação**, não foi considerado o ano de 2016 porque ele é composto de um único indicador **Evolução do Perfil de Governança de TI – IGovTIC-JUD**, o qual não pôde ser implementado por falta de definição de parâmetros de outros órgãos, portanto situação alheia à ação do CNJ.

Aplicando esse raciocínio, apura-se o seguinte desempenho para o ciclo 2015-2020:



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 2015-2020

▶ MISSÃO

Desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social

▶ VISÃO

Ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da justiça brasileira

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DIAGNÓSTICO E GESTÃO ESTRATÉGICA

- Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário
- Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário

JUSTIÇA CRIMINAL, DESJUDICIALIZAÇÃO E CIDADANIA

- Promover os direitos de cidadania, no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

- Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, e ampliar a divulgação externa das ações institucionais

ORÇAMENTO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA

- Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ
- Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação
- Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação

GESTÃO DE PESSOAS E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

- Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua

- Favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do Conselho Nacional de Justiça

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental
- Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

■ Atingido ■ Parcialmente atingido

Sobre os objetivos parcialmente atingidos, observa-se o seguinte:

1) IV – Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental

Este objetivo, inicialmente, foi composto por dois indicadores:

- ▶ Índice Geral de Racionalização de Recursos; e
- ▶ Índice de implementação do Plano de Logística Sustentável e de execução de suas ações posteriormente alterado para Índice de execução do Plano de Logística Sustentável.

Em 2019, houve o entendimento de que o PLS já trazia em si todos os elementos necessários ao desenvolvimento da temática, ficando dispensado um indicador específico de racionalização de recursos.

Ademais, observa-se que a instituição do PLS foi efetivada com a assinatura da Portaria CNJ n. 32 de 23 de maio de 2017, e que, a partir daí, é que efetivamente houve a organização das ações em um planejamento específico que possibilitou a consolidação e o monitoramento da política.

2) V – Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas do Poder Judiciário

Este objetivo, inicialmente, foi composto pelos indicadores:

- ▶ Índice de execução orçamentária destinada à capacitação dos servidores do Poder Judiciário;
- ▶ Índice de aplicação orçamentária na capacitação dos servidores do Poder Judiciário;
- ▶ Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas;
- ▶ Índice de Implementação e Execução do Plano Nacional de Capacitação;
- ▶ Índice de aplicação orçamentária na capacitação de servidores;
- ▶ Índice de execução orçamentária destinada à capacitação dos servidores do CNJ;
- ▶ Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ; e
- ▶ Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ.

Em 2017, passou a ser composto por:

- ▶ Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas
- ▶ Índice de Implementação e Execução do Plano Nacional de Capacitação
- ▶ Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ; e
- ▶ Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ.

Registra-se que o Plano Nacional de Capacitação não foi aprovado durante o ciclo e impactou negativamente os resultados; o índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas encerrou 2019 com resultado positivo; o índice de Capacitação dos Servidores do CNJ não teve desempenho de cumprimento durante o ciclo; e o índice de capacitação dos gestores cumpriu a meta nos dois últimos anos.

3) VIII – Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Este indicador é composto por dois indicadores:

- ▶ Índice de Execução do Plano de Contratações do CNJ; e
- ▶ Índice de Unidades do CNJ com Infraestrutura Adequada (IU).

O primeiro foi parcialmente cumprido em todos os anos e o segundo foi cumprido durante o período.

Em termos de projetos e iniciativas compuseram o plano durante o ciclo 2015-2020:

I – Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário

Implementar a gestão de riscos no Conselho Nacional de Justiça
Projeto de desenvolvimento institucional
Coordenação da estratégia nacional
Implementação da gestão participativa
Implementar a gestão de riscos no âmbito das unidades vinculadas à Diretoria-Geral
Revisão da metodologia de gerenciamento de projetos
Formulação das metas nacionais 2018
Encontro Nacional do Poder Judiciário 2017
Cartilha do Planejamento Estratégico Institucional
Glossário de Metas Nacionais 2017
Plano de Comunicação da Estratégia Institucional
Elaborar e validar cartilha visando subsidiar a implementar a gestão de riscos no âmbito das unidades vinculadas à Diretoria-Geral
Formulação das metas nacionais 2019
Questionário Eletrônico - Planejamento Estratégico

Encontro Nacional do Poder Judiciário 2018
Cartilha do Planejamento Estratégico
Relatório de Transição
Relatório de Gestão
Reuniões Preparatórias
XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário
Execução Fiscal – Automação e Governança
Integração do “Consumidor.gov.br” ao PJe
Fórum Nacional das Corregedorias
Poupança – Planos Econômicos
Construção do Painel de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição
II Workshop – Melhorias no Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios e alteração da Resolução n. 235/2016
Encontro da Rede de Cooperação Judiciária Nacional - Recomendação CNJ n. 38/2011
Reforma Regimento Interno do CNJ
Audiência Pública – Revisão da Resolução CNJ n. 75/2009
III Jornada da saúde

Elaborar e validar instrumento (cartilha) visando subsidiar a implementação da gestão de riscos no âmbito das unidades vinculadas à Diretoria-Geral do CNJ
Projeto de Implementação da gestão de Riscos
Solução Tecnológica Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Institucional
Formulação do Planejamento Estratégico do CNJ
Questionário de Acompanhamento da Execução da Estratégia Nacional – 2018-2019
Formulação das Metas para 2020
Elaboração do Ranking da Transparência 2019
Elaboração do Relatório Anual de Atividades do CNJ 2019
Revisão do Sistema de Atos Normativos
XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário
Implantação do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais
Elaboração do Ranking da Transparência 2020
Selo CNJ de Desburocratização
Formulação da Estratégia Nacional do PJ 2021-2026
Seleção de práticas para o prêmio Innovare
Elaboração do Relatório Anual de Atividades do CNJ 2020

II – Realizar e Incentivar Pesquisas, Estudos e Diagnósticos sobre o Poder Judiciário

Pesquisa sobre segurança institucional
Pesquisa de opinião dos magistrados de 1º grau
Selo Justiça em Números 2016
Relatório Justiça em Números 2016
Módulo de produtividade do Justiça em Números
Livro CNJ Acadêmico
Revisão da Resolução CNJ nº 160 à luz do novo CPC e nova forma de captação dos dados.
Coleta de dados sobre violência contra a mulher (Lei Maria da Penha)
Projeto “Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais por meio do CNJ” - Relatório de Indicadores de Resultados
2º Edital da Série Justiça Pesquisa
Indicadores de Qualidade do Presídio
Prosperity Fund.
Relatório sobre o Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa
Relatório sobre a violência contra a mulher
Pesquisa da Política de Atenção à Saúde de Magistrados e Servidores Resolução CNJ n. 207/2015
Coleta de dados (Resolução CNJ n. 201/2015)
Planilha de Coleta de Dados da ENASP (Estratégia Nacional de Segurança Pública)

III – Favorecer a Melhoria e a Integração dos Processos Organizacionais do Conselho Nacional de Justiça

Mapeamento das atividades relevantes nos processos organizacionais
Implementar metodologia de gestão de processos
Mapeamento das atividades relevantes nos processos organizacionais
Capacitação em Modelagem e Gerenciamento de Processos
Portal de Processos na plataforma Bizagi
Elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos da área fim do CNJ
Implantação do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade no Sistema SEI

IV – Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental

Descarte de petições físicas do Protocolo do CNJ
Digitalização dos processos do CNJ
Responsabilidade socioambiental
Revisão dos indicadores, das metas e das ações do PLS/CNJ
Elaboração de guia com quesitos técnicos e legais para as contratações sustentáveis
Semana do Meio ambiente 2019
Formulação do plano do PLS 2021-2026

V – Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas do Poder Judiciário

Mapeamento de Competências do Conselho Nacional de Justiça – CNJ
Capacitação de Servidores
Capacitação de Gestores
Bolsa de Estudos de Língua Estrangeira
Bolsa de Estudos de Pós-Graduação
Relatório - Diagnóstico sobre Práticas em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário
Banco de boas práticas/portal de boas práticas
Relatório sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário

VI – Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais

Ouvidorias de Justiça: agentes potencializadores
Organização e publicação de livro sobre o tema “Ouvidorias de Justiça e Lei de acesso à Informação”.
Redes Sociais – Facebook – “Posts” e interação via rede social
Redes Sociais – Facebook – Formulário eletrônico

Mudança na Intranet
Campanhas nas Redes Sociais
Alteração do layout do portal
Divulgação do Projeto Carona Solidária
Campanha da Dignidade Infantil
Definição de parâmetros para uso adequado das redes sociais pelos magistrados
Programação colaborativa da Rádio CNJ
1º Ciclo de Capacitações em Ouvidorias Judiciais

VII – Promover os direitos de cidadania, no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

Capacitação
Benefícios Previdenciários por incapacidade
Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral
2º Encontro das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
X Prêmio Conciliar é Legal (edição 2019)

Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)

Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Paraná(TJPR)

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA

1º Seminário sobre a Política Nacional da Justiça Restaurativa

2º Seminário sobre a Política Nacional da Justiça Restaurativa

VIII – Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Modernização do Sistema de Manutenção Veicular da frota do CNJ

Entrega do prédio da 702/703 Norte

Adequação do edifício da 514 Norte, lote 7, blocos A e B

Adequação do edifício sede - 514 Norte, bloco D.

Manutenção e realocação das unidades do CNJ para o bloco D

Substituição dos elevadores do Bloco B - 514 Norte

Compilação e revisão do Programa de Necessidades Arquitetônicas para o CNJ

IX – Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário

Verificação anual da meta da Gestão Estratégica do CNJ

Reavaliação de ativos intangíveis

X – Implantar ações que promovam a saúde e qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua

Pesquisa de Clima/Pesquisa de QVT

TAP referente ao Centro de apoio e cuidado infantil para os dependentes dos servidores do CNJ / Centro de apoio e cuidado infantil para os dependentes dos servidores CNJ

Implementação do Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Diagnóstico de saúde e estilo de vida

Desafio CNJ Saudável

Provimento de cargos criados pela Lei n. 12.463/2011

Honra ao mérito

Dimensionamento da Força de Trabalho

Regulamentação/alteração de normativos internos do CNJ afetos à Seção de Legislação (SELEG)

Mapeamento de Competências do CNJ
1º Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário
2º Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário
Gestão da QVT 2017-2019
Projeto Valoriza CNJ

XI – Estimular a Integração, a Interoperabilidade e o Desenvolvimento Colaborativo dos Sistemas de Informação

Programar iniciativas de incentivo à integração, a interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação

XII – Articular o Aperfeiçoamento da Governança e da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Petic)

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

Elaborar Política de Segurança da Informação

Elaborar e implantar Plano Anual de Capacitação
Programar iniciativas de incentivo à integração, a interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação
Elaborar Política de Gestão de Sistemas de Informação do CNJ
Elaborar Política de Gestão de Pessoas de TIC
Instituição dos processos de gestão da Segurança da Informação
Mapear e modelar as principais atividades operacionais da COAI
Elaboração do Catálogo de Serviços do DTI
Adequação de metodologia de desenvolvimento de sistemas do CNJ conforme requisitos da ENTIC-JUD
Programa PJe
Portal de Governança Digital do Poder Judiciário / Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário (CONNECT-JUS)
Resolução de Contratações de TIC do PJ
Estratégia Digital do Poder Judiciário
Panorama de TIC do Poder Judiciário

Para acesso aos relatórios dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 seguem os links:

2016: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/01/Relat%C3%B3rio-de-Acompanhamento-da-Estrat%C3%A9gia-dez.pdf>;

2017: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/10/32284824aa95bcc57bcc535bac71e2a8.pdf>

2018: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/10/c7f0c25e554abc53e1b90c1a1605f7d5.pdf>

2019: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio_Monitoramento_da_estrategia-v4.pdf



